



Universidades Lusíada

Rodrigues, José Manuel Rosendo, 1961-

Ascensão e queda da Irmandade Muçulmana no Egipto : de 11 de Fevereiro de 2011 a 14 de Agosto de 2013

<http://hdl.handle.net/11067/2944>

<https://doi.org/10.34628/556z-pv34>

Metadados

Data de Publicação	2015
Resumo	No Egipto, a oposição ao regime dos militares tinha uma força principal: a Irmandade Muçulmana. Era oposição política e, simultaneamente, corpo da centralidade do Islão presente no quotidiano de todos os países árabes. Foi com esse lastro religioso e político que a Irmandade Muçulmana resistiu ao colonizador europeu e aos militares que, sucessivamente, ocuparam a presidência da república. Aberta a porta da liberdade com a queda de Hosni Mubarak, a Irmandade venceu todas as eleições e todas as ...
Palavras Chave	Eleições - Egipto, Irmandade Muçulmana (Egipto), Egipto - História - Protestos, 2011-
Tipo	article
Revisão de Pares	Não
Coleções	[ULL-FCHS] LPIS, n. 12 (2015)

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-04-27T10:54:03Z com informação proveniente do Repositório

**ASCENSÃO E QUEDA DA IRMANDADE
MUÇULMANA NO EGIPTO:
DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011 A 14 DE AGOSTO DE 2013**

José Manuel Rosendo Rodrigues
jmrosendo@yahoo.com

Resumo: No Egípto, a oposição ao regime dos militares tinha uma força principal: a Irmandade Muçulmana. Era oposição política e, simultaneamente, corpo da centralidade do Islão presente no quotidiano de todos os países árabes. Foi com esse lastro religioso e político que a Irmandade Muçulmana resistiu ao colonizador europeu e aos militares que, sucessivamente, ocuparam a presidência da república.

Aberta a porta da liberdade com a queda de Hosni Mubarak, a Irmandade venceu todas as eleições e todas as batalhas políticas decididas pela força do voto. Sempre olhada com receio pelo Ocidente, nomeadamente por Estados Unidos e Israel devido à posição geoestratégica do Egípto, a Irmandade não conseguiu dar resposta às necessidades de um país fortemente marcado pela pobreza e pelo desemprego e por anos de instabilidade política que fizeram cair a economia. Sem qualquer experiência governativa, a Irmandade Muçulmana também não soube ser inclusiva em relação a outras forças políticas. O receio de uma caminhada para o islamismo fez o resto.

Após milhares de mortos em confrontos e centenas de pessoas condenadas à morte, tudo parece ter voltado ao passado. Os militares continuam a determinar o futuro do Egípto, a Irmandade Muçulmana foi ilegalizada e considerada “organização terrorista”.

Palavras-chave: Egípto, Primavera Árabe, Irmandade Muçulmana, Mohammed Morsi, Hosni Mubarak, Abdel Fatah al-Sissi.

Abstract: In Egypt, the military regime opposition was a major force: the Muslim Brotherhood. It was political opposition and simultaneously the body of the centrality of Islam present in the daily life of all Arab countries. It was with this religious and political ballast that the Muslim Brotherhood resisted the European colonizer and that military successively occupied the presidency of the republic.

Open the door to freedom with the fall of Hosni Mubarak, the Brotherhood won all elections and all political battles decided by the strength of the vote. Always look suspiciously by the West, especially by the United States and Israel due to the geo-strategic position of Egypt, the Brotherhood failed to meet the needs of a country strongly marked by poverty and unemployment and by years of political instability that brought down the economy. Without governmental experience, the Muslim Brotherhood did not know how to be inclusive in relation to other political forces. The fear of a hike to Islam did the rest.

After thousands of deaths in clashes and hundreds of people sentenced to death, everything seems to have returned to the past. The military continues to determine the future of Egypt, the Muslim Brotherhood was outlawed and considered “terrorist organization”.

Key-words: Egypt, Arab Spring, Muslim Brotherhood, Mohammed Morsi, Hosni Mubarak, Abdel Fatah al-Sissi.

INTRODUÇÃO

O Egipto “não só é, e de longe, o país mais povoado, como também é o centro geográfico do mundo árabe, situado entre as duas grandes partes que os geógrafos árabes distinguem há séculos, o Oeste, o Magrebe, onde a cultura berbere não desapareceu, e o Leste, o Machereque, onde o árabe está próximo dos Lugares Santos do Islão e do Alcorão” (Lacoste, 2006, p. 362-363). Não menos assinalável quanto ao Egipto é o facto de ser o “grande” vizinho de Israel, ter fronteira com a Faixa de Gaza e ser ainda o país do Canal do Suez, via de extraordinária importância estratégica para a economia internacional.

O objectivo da dissertação que dá origem a este artigo é tentar perceber o curto período que antecedeu a chegada da Irmandade Muçulmana ao poder no Egipto e como depois foi afastada e varrida da vida política egípcia. Na referida dissertação o contexto egípcio é explicado com algum detalhe, tal como os acontecimentos durante os dias em que a Praça Tahrir (Praça da Libertação) foi epicentro da revolta que levou à queda de Hosni Mubarak, um presidente há quase 30 anos no poder.

Nos dois primeiros meses de 2011, os países ocidentais demoraram a perceber o que se estava a passar. As frequentes imagens de violência no Médio Oriente podem ter levado a que as revoltas tivessem sido recebidas como algo que acabaria por passar, por sossegar, deixando tudo mais ou menos na mesma. Enquanto a revolta foi na Tunísia, o mais pequeno país da costa norte de África, a Europa e os Estados Unidos, e até o mundo árabe, como que encolheram os ombros; quando chegou ao Egipto, tornou-se evidente que era necessário dar mais atenção ao que estava a acontecer. Alguma coisa estava de facto a mudar.

A abordagem que se afigura intelectualmente mais honesta em relação à Primavera Árabe é a mesma com que Thomas L. Friedman descreveu o conhecimento que existia em 1999, em relação à globalização, ou em 1946, em relação à Guerra Fria. Ninguém podia afirmar com rigor como é que os sistemas iriam funcionar, pela simples razão de que estavam a começar¹. É bastante razoável dizer que a nova realidade provocada pela Primavera Árabe é ainda uma incógnita que requer grande cautela na interpretação ou quando se pretender perspectivar resultados.

Desde logo, a tendência que podemos sentir para fechar o ângulo, olhando

¹ FRIEDMAN, Thomas L. (2000) – Compreender a Globalização, o Lexus e a Oliveira. Lisboa: Quetzal Editores, p 54.

o mundo árabe como um todo, quase uno, de que excluimos diferenças e particularidades dentro desse mesmo mundo, dificulta-nos a abordagem, o entendimento e conseqüentemente as conclusões a que tentamos chegar. Mesmo alguns árabes recusam essa “persistência de um sentimento forçado de colectividade ou de comunidade”². Na seqüência desta recusa, esclarecendo que não fala em nome dos árabes, Hasni Abidi denuncia a tendência para os políticos árabes iniciarem sempre os seus discursos utilizando o artigo “nós”, querendo com isso dizer “nós os árabes”. Este autor considera que falar em nome dos outros sem mandato nem legitimidade para tal é desde logo uma desconsideração em relação aos que supostamente se pretende representar.

Podendo ser uma analogia algo forçada, olharmos o mundo árabe assim com estas lentes redutoras, será como um árabe, qualquer um, olhar para a Europa e considerar que os europeus são todos iguais e pensam todos da mesma maneira. E nós, os europeus, sabemos que não é assim. Deixar estas lentes de lado é por isso um desafio. O distanciamento total será utopia.

Mas há outras dificuldades nesta abordagem praticamente em cima dos acontecimentos. Sabemos que há uma diferença grande entre as leituras dos acontecimentos na “rua”, nos media, nos gabinetes da diplomacia e nos serviços e agências de informação. Daqui por alguns anos a abertura de arquivos dirá se fizemos uma análise correcta e se tivemos em conta as premissas que verdadeiramente influenciaram os acontecimentos. Agora, a única possibilidade é tratar os dados conhecidos.

Outra dificuldade na abordagem a esta temática é também a necessidade de eliminar o preconceito, claramente instalado, em relação aos árabes e ao Islão. Sem a eliminação deste preconceito, o fenómeno da Primavera Árabe dificilmente será entendido. Poderemos construir as mais bonitas teorias mas, muito provavelmente, estarão assentes em pilares afastados da realidade.

A PRAÇA TAHRIR QUE FEZ CAIR MOUBARAK

Ninguém pode afirmar em bom rigor que os egípcios que primeiro saíram à rua a desafiar o regime, em Janeiro de 2011, tinham algum tipo de convicção de que iriam fazer cair Hosni Moubarak. Mas parece pacífico admitir que a partir do momento que começaram a enfrentar as forças de segurança e os dias foram passando, os egípcios que queriam mudar o país rapidamente perceberam que estavam perante uma oportunidade que não podiam perder. O Egipto vivia em estado de emergência desde Dezembro de 1981. As eleições tinham sido sempre um simulacro de democracia.

Entre os motivos que fizeram eclodir a revolta no Egipto, Robert Fisk, jornalista que vive em Beirute e faz a cobertura do Médio Oriente há mais de três

² ABIDI, Hasni (2011) - *Le Manifeste des Arabes*. Paris: Éditions Encre D'Orient, p 7.

décadas, destaca três motivos: os egípcios tinham mais educação, viajavam mais e tinham acesso a mais tecnologia (Fisk, 2014)³.

Adel Sidarus, cristão copta, Professor Jubilado da Universidade de Évora para os Estudos Árabes e Islâmicos, considera que a revolta dos egípcios foi provocada por “uma motivação profunda de desespero em relação à situação social e económica do país” (Sidarus, 2014)⁴. Sobretudo da população jovem.

Há muitas teorias sobre os levantamentos populares da Primavera Árabe. Não especificamente em relação ao Egito, mas também, Raúl M. Braga Pires, arabista, professor na Universidade de Rabat e correspondente do Observatório Político em Marrocos, considera que “em rigor devia ser chamado o Outono Árabe porque aquilo que de facto aconteceu foi uma queda da folha. Eram regimes que já se perpetuavam, por exemplo no caso de Kadhafi, há quarenta anos e as pessoas pura e simplesmente perceberam que já não tinham nada a perder. Perderam o medo” (Pires, 2013)⁵.

Por vezes tenta-se estabelecer uma ligação entre as revoltas árabes e o discurso do presidente norte-americano Barack Obama, no Cairo, em 4 de Junho de 2009, na Universidade de Al-Azhar. O discurso, intitulado “Um novo começo” era um estender de mão ao mundo árabe depois da desastrosa presidência de George W. Bush, mas há uma parte do discurso sobre democracia e direitos humanos que tem sido vista como uma eventual fonte de inspiração para as revoltas árabes. “Tenho uma crença inabalável de que todos os povos anseiam por determinadas coisas: a capacidade de dizerem o que pensam e poderem opinar sobre a forma como são governados; confiança no Estado de Direito e na administração igualitária da justiça; um governo que seja transparente e não roube o povo; a liberdade de viver como desejarem. Essas ideias não são apenas americanas, trata-se de direitos humanos, e é por isso que as apoiaremos seja onde for” (Estados Unidos da América)⁶, disse Obama no Cairo.

Robert Fisk acha que não, que o discurso de Obama não teve influência nas revoltas árabes: “Nunca vi nenhuma prova, em lugar algum, em qualquer país, quer seja o Bahrein, a Líbia, o Egito ou a Síria, em que o discurso de Obama tivesse tido algum efeito nas revoluções que se seguiram” (Fisk, 2014).

Também o professor Mostafa Zekri, antropólogo e especialista em assuntos do mundo árabe e islâmico, admite que as palavras de Obama não foram

³ Grande parte das citações atribuídas a Robert Fisk resultam de uma entrevista, por telefone, em 10 de Janeiro de 2014, especificamente para a dissertação que dá origem a este artigo.

⁴ As citações atribuídas a Adel Sidarus resultam de uma entrevista, em 10 de Abril de 2014, especificamente para a dissertação que dá origem a este artigo.

⁵ Grande parte das citações atribuídas a Raúl M. Braga Pires resultam de uma entrevista, em 30 de Dezembro de 2013, especificamente para a dissertação que dá origem a este artigo.

⁶ ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Presidente, 2009 - (Barack Obama) (s.d.) - Pronunciamento do presidente Barack Obama no Cairo, Egito: um novo começo. Cairo: [4 Jun. 2009]. [Consult. 2 Ago. 2014]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.whitehouse.gov/files/documents/newbeginning/POTUS%20speech%20Cairo-Portugese-AS-DELIVERED.pdf>>.

relevantes: “talvez de forma indirecta (Zekri, 2014)⁷. Admitindo que uma revolta é sempre um “acontecimento/fenómeno complexo”, Mostafa Zekri destaca vários motivos principais para o que aconteceu no Egipto: “a rua estava preparada para receber os revoltados. Muitas décadas de opressão, falta de liberdade, injustiça, pobreza, monopólio de riquezas e do poder por algumas pessoas, famílias, tribos, falta de projecto social e de visão para o futuro” (Zekri, 2014).

Foi na Praça Tahrir (Praça da Libertação – Midan al-Tahrir – tem um lugar na história do Egipto. Já tinha, depois de ser rebaptizada aquando da queda da Monarquia em 1952. Até esse momento chamou-se Praça de Ismail – Midan al-Ismaïlia – em honra a Ismail Paxá, vice-rei do Egipto no século XIX) que esteve o epicentro da revolta que derrubou Hosni Mubarak. Ali esteve um mosaico quase completo da sociedade egípcia: jovens licenciados e desempregados, operários, intelectuais, médicos, professores, padres ortodoxos, religiosos islâmicos, pessoas que vieram do interior, camponeses, velhos e novos, homens e mulheres e até militares desertores. Os jovens na linha da frente. Tahrir, praça-forte da revolução.

Foi à Praça Tahrir que se deslocaram algumas das personalidades egípcias, casos de Mohamed el Baradei, do Ministro da Defesa Mohamed Hussein Tantawi e também do General Sami Hafez Anan, chefe do Estado Maior. Por uma razão ou por outra, porventura com objectivos opostos, mas foram, numa espécie de tributo e também em busca de reconhecimento.

E seria na Praça Tahrir, 18 dias depois de tudo ter começado, que o fogo-de-artifício sinalizou a queda de Hosni Mubarak. O presidente renunciava “devido às circunstâncias”, assim foi anunciado, através da televisão, pelo Vice-presidente Omar Suleiman. O discurso de Mubarak lido por Suleiman demorou 37 segundos. O ex-director da televisão egípcia, Abdel Latif el Menawy, iria contar em livro (“Tahrir: os últimos 18 dias de Mubarak”) que a renúncia devia ter sido anunciada na véspera, não fosse o filho do Presidente, Gamal Mubarak, ter reescrito o discurso que tinha sido escrito pelo Ministro da Informação⁸.

E depois de Mubarak cair? Sem oposição política organizada, quase sem partidos políticos, sem líderes populares reconhecidos, com instituições políticas deslegitimadas devido à queda do símbolo que as controlava, o Egipto teria de ser entregue nas mãos de alguém.

As Forças Armadas surgiam então como a única instituição, com estrutura organizada e disciplinada, com capacidade para assumir o poder. E de entre os militares, quem? Esse poder foi entregue ao Marechal Hussein Tantawi, apontado pelo jornal *El País*⁹ como o favorito de Washington para suceder a Mubarak.

⁷ As citações atribuídas a Mostafa Zekri resultam de uma entrevista, por correio electrónico, em 3 de Janeiro de 2014, especificamente para a dissertação que dá origem a este artigo.

⁸ BINYON, Michael; HIDER, James – As últimas horas de Mubarak. *Revista Sábado* (2 Feb 2012) 64-66.

⁹ NAVARRO, Fernando (2011) – El favorito del Pentágono. *El País* [Em linha]. (11 Feb. 2011). [Consult. 12 Feb. 2011]. Disponível em WWW: <http://internacional.elpais.com/internacional/2011/02/11/actualidad/1297378820_850215.html>.

O Conselho Supremo das Forças Armadas (CSFA) era presidido por Hosni Mubarak e passa a ser presidido por Tantawi. Mas o El País também explica que Tantawi simbolizara a divisão no seio dos militares quando se colocou a questão de apoiar, ou não, Hosni Mubarak e que alguns oficiais se referem a este Marechal como o rafeiro de Mubarak. Diz ainda o El País que nas duas semanas que antecederam a queda de Mubarak, o Marechal Tantawi manteve contacto permanente com o Secretário da Defesa norte-americano Robert Gates e, apesar do currículo com 20 anos de Ministro da Defesa de Hosni Mubarak, Tantawi foi o primeiro membro do Governo a deslocar-se à Praça Tahrir. Aliás, a preferência por Tantawi não surgia apenas de Washington, também em Israel era um nome que recolhia apoios: fontes diplomáticas israelitas, no momento em que se perfilaram candidatos à presidência da República, referiram Tantawi como o homem que Telavive gostaria de ver na Presidência da República.

A SUPRESA DO OCIDENTE

Se Mohamed Bouazizi tivesse antecipado em dois ou três meses a imolação em Dezembro de 2010, talvez *The Economist*¹⁰ tivesse feito outro tipo de previsões para 2011. Assim, nem uma palavra quanto à possibilidade de mudanças nos regimes que viriam a soçobrar com a Primavera Árabe. Nas previsões, país a país, *The Economist* prevê que Muammar Khadafi (Líbia) completará certamente os 41 anos no poder; Quanto a Bashar al-Assad (Síria) manterá mão firme sobre o país. Duas previsões completamente falhadas.

Quanto ao Egito, *The Economist*, admite alguma contestação, embora em tons muito suaves: “A eleição presidencial programada para finais de 2011 é uma competição entre a continuidade (o Presidente Hosni Mubarak, no poder há muito tempo, já envelhecido), a dinastia (o seu filho, Gamal, que pode candidatar-se no seu lugar) e a improbabilidade (vitória de um candidato da oposição, nomeadamente o ex-director da Agência de Energia Atómica, Mohamed El-Baradei). Supondo que um Mubarak fica no poder, o governo procurará investimentos infra-estruturais geradores de emprego. Isso não impedirá que os trabalhadores vão para a rua protestar contra os salários baixos e os padrões de vida miseráveis”. É esta alusão à possibilidade de protestos no Egito a única referência que se pode ler em *The Economist*, nas previsões para 2011, que pode ser associada – embora com algum esforço – ao que viria a acontecer logo em Fevereiro de 2011. As previsões de *The Economist* são o exemplo de como o Ocidente foi apanhado desprevenido com a onda de revoltas.

E depois de ser apanhado desprevenido, o Ocidente teve dificuldade em descodificar o que estava a acontecer: as revoltas fugiam aos padrões tradicionais (não havia líderes, ou pelo menos não havia líderes reconhecidos pelo Ocidente);

¹⁰ *The Economist* (2010) – O Mundo em 2011. Edição portuguesa, p 96 e 97.

os interesses do Ocidente nos países em causa levaram a muita prudência no apoio às revoltas.

Mas esta diferença da revolta egípcia em relação aos padrões tradicionais – a ausência de líderes reconhecidos – pode ter sido uma vantagem para fazer cair Moubarak, embora no médio prazo se tivesse revelado problemática: “Não houve uma organização e essa é uma das debilidades que depois teve consequências...” (Sidarus, 2014).

Alguns analistas olham para a revolta no Egipto como uma derrota do Velho Continente. Desde logo porque a revolta saiu à rua sem o apoio do Ocidente. Simplesmente o Ocidente não fez parte da equação.

O papel dos militares na revolta egípcia estava ainda por conhecer. Apesar de os militares não terem iniciado a revolta não se sabe até que ponto não terão gostado de a ver sair à rua. No *Le Monde Diplomatique*¹¹, Salam Kawakibi e Bassma Kodmani descrevem que o ressentimento dos militares em relação a Hosni Moubarak tinha aumentado nos últimos 10 anos: Moubarak recusava nomear um Vice-presidente e promovia o filho Gamal como potencial sucessor. Os militares não reconheciam legitimidade a Gamal Moubarak e a sua ascensão era também o sinal de que os militares iam ficar privados do rôle de «*faiseuse de rois*»¹².

Sem apoiar os manifestantes, os militares egípcios recusaram disparar sobre eles. Terá sido essa a atitude decisiva. Simultaneamente, não impediram – aliás assistiram sem intervir – que as “milícias” ao serviço de Hosni Moubarak atacassem violentamente os que se concentravam na Praça Tahrir. Em resumo pode dizer-se que, após muita hesitação (e divisão), os militares não apoiaram os manifestantes mas deixaram cair Moubarak.

“Não temos que estranhar a existência de colaboradores dos regimes ditatoriais revoltados. Eles próprios, apesar de todos os benefícios e vantagens que têm, no fundo vivem sem uma verdadeira dignidade, sem verdadeira liberdade e têm consciência de que são simplesmente instrumentos. Os regimes precisam da sua lealdade, submissão e capacidade executiva. Assim, os próprios regimes alimentaram a revolta de alguns servidores-colaboradores. Em muitos países árabes existe um ditado: ‘a mão que não podes morder tens de beijar’” (Zekri, 2014), explica Mostafa Zekri.

O Presidente contestado ainda tentou uma última solução nomeando para Vice-presidente um militar com mais de meio século de carreira e antigo chefe dos serviços secretos, o poderoso Omar Suleiman. Após conversações com a oposição, Omar Suleiman chegou a dizer que tinha um calendário para uma transição pacífica e organizada¹³. O exército voltou a hesitar. A indefinição/hesitação dos Estados Unidos reforçou a hesitação dos militares egípcios.

¹¹ KAWAKIBI, Salam; KODMANI, Bassma – Espoirs et embuches des révoltes arabes: Les armées, le peuple et les autocrates. *Le Monde Diplomatique* – edição francesa (MAR 2011) p 11-12.

¹² *Idem*

¹³ *Jornal Público* – Suleiman retoma a iniciativa política, 9 Fev 2011, p 15.

Já a Praça Tahrir fervia há mais de uma semana e a Secretária de Estado norte-americana Hillary Clinton dizia em Munique: “O presidente Moubarak anunciou que não vai recandidatar-se. Nem o seu filho (Gamal). Ele (Moubarak) deu uma clara mensagem ao seu governo (...) para liderar este processo de transição”¹⁴. Clinton acrescentou: “É isso que o governo diz que está a tentar fazer, é isso que apoiamos e esperamos vê-lo mover-se nessa direcção o mais rapidamente possível, dadas as circunstâncias”¹⁵. Uma referência à transição pacífica e organizada que tinha sido referida por Omar Suleiman. Os Estados Unidos deixavam cair Moubarak mas ainda sonhavam em manter um regime – necessariamente com os militares enquanto garantia das políticas que interessavam a Washington. Também em Munique, ao lado de Hillary Clinton, a Europa, sempre a reboque, seguia os Estados Unidos e o *The Guardian* dava conta que a Chanceler alemã Angela Merkel e o Primeiro-Ministro britânico David Cameron repetiram o apelo para uma transição organizada advertindo para o perigo de eleições antecipadas. O Ocidente, calculista, hesitava com receio do desconhecido que a Praça Tahrir representava. Tinha sido mais ou menos assim em relação à Tunísia mas em relação ao Egipto havia um outro problema chamado Israel. Sobre esse problema, escreveu José Ignacio Torreblanca, sublinhando antes os 1.300 milhões de dólares anuais de ajuda militar que os Estados Unidos faziam chegar ao Egipto: “(os Estados Unidos) não poderiam ver com mais pavor a possibilidade de o famoso discurso de Obama no Cairo estendendo uma mão ao mundo árabe e muçulmano terminar num regime egípcio de recortes iranianos emparedando o seu sacrossanto aliado israelita”¹⁶.

A tudo isto, Israel respondia com um silêncio absoluto. Por esses dias, as únicas fontes israelitas citadas na imprensa internacional são fontes a coberto do anonimato. Essas fontes expressavam “preocupação” mas destacavam as diferenças entre Moubarak e o tunisino Ben Ali para sustentarem que Moubarak conseguiria ultrapassar as dificuldades provocadas pela revolta. A única posição oficial nos primeiros dias de revolta surge através de Yigal Palmor, porta-voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros, citada no *El País*: “Seguimos com a máxima atenção os acontecimentos no Egipto”¹⁷. Outra fonte anónima na mesma edição do *El País* referia que “qualquer palavra que disséssemos poderia ser prejudicial”¹⁸.

O maior receio de Israel chamava-se Irmandade Muçulmana porque tinha obtido 20 por cento dos votos nas eleições legislativas de 2005. Israel sabia da estratégia e do trabalho da Irmandade junto das populações, satisfazendo

¹⁴ BORGEM, Julian – *The Guardian*, Egypt protests: Hillary Clinton signals US backing for Omar Suleiman. Disponível em www.theguardian.com/world/2011/feb/05/hillary-clinton-omar-suleiman-egypt, consultado em 5 FEV 2011

¹⁵ *Idem*

¹⁶ TORREBLANCA, José Ignacio – *El País*, Sussurrando a los dictadores, 28 Jan 2011, p 8.

¹⁷ GONZÁLEZ, Enric – *El País*, El Gobierno de Israel guarda un inquieto silencio, 28 Jan 2011, p 5.

¹⁸ *Idem*

necessidades a que o Estado não dava resposta: ganhar influência a partir da base e fazer crescer essa base até ter capacidade para influenciar o poder político.

Perante esta possibilidade, quase que se pode dizer que, na perspectiva israelita, ganhavam uma nova vida as imagens do Irão em 1979 quando os rebeldes derrubaram o Xá Reza Pahlevi e instauraram uma República Islâmica. Imagens que constituíam um pesadelo para Israel admitindo que tal pudesse repetir-se mesmo ali do outro lado da fronteira. Para além disso a Irmandade Muçulmana servia de inspiração ao Hamas, movimento de resistência islâmico que não reconhece Israel e que domina a Faixa de Gaza. Apenas três dias depois de Mubarak ser afastado já Israel não escondia a preocupação com vários governantes a pronunciarem-se, fazendo soar as campanhas de alarme e com o Primeiro-Ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, a afirmar: “se as forças extremistas forem autorizadas a usar o processo democrático para chegarem ao poder e para avançarem com objectivos antidemocráticos – como aconteceu no Irão e noutros lugares – o resultado será mau para a paz e mau para a democracia”¹⁹. Um outro alerta é deixado por Avigdor Lieberman, Ministro dos Negócios Estrangeiros, que considera a situação no Egipto como terra fértil para o Irão aumentar a sua influência: “O Irão penetra em cada lugar onde há instabilidade (...) quando vejo o que está a acontecer na Argélia e na Tunísia e em toda a região, o que nos incomoda é o Irão. Não quero vê-los ganhar poder noutros lugares”.

A revolta no Egipto e a queda de Mubarak reavivaram as memórias de 1979. Um ano crucial para o Egipto e para o Médio Oriente. “Na linha do tempo do Médio Oriente, a fronteira não é o fim da guerra fria, nem o 11 de Setembro. A fronteira é a ascensão da República Islâmica do Irão e da mudança do Egipto para o campo Ocidental através do Tratado de Paz com Israel, que é 1979-1980. Estes desenvolvimentos abriram o caminho para um conflito multifacetado e até mesmo violento entre um forte movimento anti-ocidental assente em forte nacionalismo, na religião e na identidade, e um campo árabe ‘moderado’ de regimes e dinastias amplamente conservadores, eminentemente preocupados em garantir a sua própria sobrevivência e conseguir para isso o apoio do Ocidente”²⁰, afirma Roberto Albioni. Podia estar em perigo um Status Quo com mais de três décadas.

A IRMANDADE MUÇULMANA

Pode dizer-se que a Irmandade Muçulmana aproximou-se cautelosamente da revolta na Praça Tahrir e sentou-se no banco de trás. Mais de 80 anos de relação

¹⁹ As citações que constam deste artigo e não têm uma fonte específica atribuída foram recolhidas pelo autor ao longo deste período em fontes não abertas. São fontes que o autor considera muito credíveis sobretudo no que se refere à reprodução de declarações. Vão surgir algumas ao longo deste artigo.

²⁰ ALBIONI, Roberto – The International Spectator: Italian Journal of International Affairs, The International Dimension of the Arab Spring, 46: 4, 5-9

difícil com o poder político aconselhavam prudência. A Irmandade Muçulmana, fundada em 1928, por Hassan al Banna, um jovem professor primário, rapidamente ganhou base de apoio no Egipto. A morte de Hassan al Banna, mais de 20 anos depois da fundação da Irmandade, não deteve a sua actividade. Os Irmãos “estavam tão ramificados e presentes na sociedade que desempenharam um papel nada marginal em fazer triunfar a revolução dos Oficiais Livres de Julho de 1952. Muitos desses oficiais eram Irmãos, entre os quais Sadat; o próprio Nasser teve assíduos contactos com os vértices da organização. Sem o apoio da Irmandade talvez a revolução tivesse falhado”²¹. Aliás, até aos dias de hoje, o percurso da Irmandade Muçulmana oscilou sempre entre períodos de clandestinidade e outros de aproximação ao poder, entre promessas e exigências de criação de um Estado islâmico e garantias de respeitar o jogo democrático. A Irmandade Muçulmana foi alvo de perseguição mas também acarinhada quando isso era mais conveniente à política dos três presidentes. Foi assim com Nasser, com Sadat e com Moubarak. Para o professor Adel Sidarus, as cautelas da Irmandade no início da revolta de 2011, têm uma explicação: “Em primeiro lugar para eles não ficarem na vanguarda que podia apanhar com a repressão do Estado e para não darem a impressão de que eram eles a liderar o processo. A repressão teria sido logo muito violenta. E em segundo lugar precisavam de se preparar para saber como aproveitar a situação” (Sidarus, 2014).

A 30 de Abril de 2011, cerca de um mês e meio depois da queda de Hosni Moubarak, a Irmandade Muçulmana anunciou a criação de um partido político e a 18 de Maio apresentou a documentação necessária para formalizar o Partido da Liberdade e da Justiça. No dia em que foi anunciada a constituição do Partido da Liberdade e da Justiça foi também dito que o partido não era uma formação religiosa, era um partido civil que se apoiava nos princípios da Lei Islâmica.

O aproximar da data das eleições fez aumentar a tensão no Egipto. A Irmandade Muçulmana, apostada em eleições o mais tranquilas possível, por antever uma forte votação, afastava-se dos confrontos que já marcavam o ritmo do Egipto pós-Moubarak. Mas os que estiveram na Praça Tahrir estavam atentos e faziam denúncias constantes. Era o caso de Alaa al-Aswany, médico e escritor, que acusou os militares no poder de “não estarem a proteger suficientemente a revolução. Estamos a assistir a uma tendência do Conselho (Supremo das Forças Armadas) para reproduzir o regime e resistir à mudança”²². A lei eleitoral, que previa um terço dos lugares para independentes, acabou por ser alterada depois de forte pressão das muitas forças políticas que entretanto surgiram. A formulação que estabelecia lugares reservados era vista como uma forma de permitir a entrada no Parlamento de membros do antigo regime e do Partido Nacional Democrático que entretanto tinha sido dissolvido. A uma semana da data marcada para as eleições, a Praça Tahrir encheu-se de novo e desta vez o alvo era o poder da junta militar.

²¹ CAMPANINI, Massimo (2007) - História do Médio Oriente 1798-2005. Lisboa: Editorial Teorema, p 111.

²² LORENA, Sofia - Jornal Público, Derrubar uma ditadura só com coragem, 10 Out 2011, p 14.

As eleições decorreram após meses em que Moubarak foi encarcerado e a rua exigia a punição dos polícias responsáveis por mais de 800 mortos e cerca de seis mil feridos durante os dias da revolta. Após dias de festa e expectativa, as multidões voltaram à Praça Tahrir exigindo mais mudanças e o afastamento dos funcionários que simbolizavam o regime de Moubarak nas instituições do país. A Irmandade Muçulmana manteve-se à margem dos protestos.

Inicialmente anunciadas para Setembro, as eleições acabaram por ser adiadas. A 3 de Agosto, começa o julgamento de Moubarak, visto em tribunal numa maca e atrás das grades. Na mesma cela estavam os filhos Alaa e Gamal, o ex-ministro do Interior, Habib el-Adly, e seis altos responsáveis da polícia. Moubarak negou todas as acusações. O Egipto quase parou para assistir, incrédulo, ao momento histórico em que o todo-poderoso Moubarak estava perante a justiça. A Junta militar tinha prometido que Moubarak iria a tribunal, e foi, mas perante o que se passava nas ruas, o início do julgamento também foi visto como uma manobra de distração para acalmar os que exigiam melhores condições de vida e contestavam o comportamento dos militares.

ELEIÇÕES

Foram dias críticos os que antecederam as eleições. Houve demissão do governo interino devido à repressão violenta das manifestações; a rua exigia que os militares entregassem o poder. Houve um braço-de-ferro entre os manifestantes e a estrutura militar. O Conselho Supremo das Forças Armadas chegou a dizer que “se nós – os militares – deixarmos o poder nas actuais circunstâncias, é o mesmo que dizer que é o colapso do único pilar que resta do Estado”. A 28 de Novembro começam as primeiras eleições (quase) livres da história do Egipto. Mais de nove meses depois da queda de Moubarak. Os votos vão decidir quem ocupa 498 lugares na Assembleia do Povo (a câmara baixa ou câmara dos deputados), enquanto 10 outros lugares na mesma Assembleia serão ocupados por quem o Presidente da República (no caso o Marechal Tantawi) designar.

São eleições com uma arquitectura complexa. Um terço dos deputados que os eleitores vão escolher serão eleitos através de um escrutínio nominal a duas voltas, e os dois terços restantes serão eleitos através de listas e em termos proporcionais. Para além dessa fórmula, a arquitectura eleitoral estabelece que as regiões administrativas sejam divididas em três grupos onde as eleições decorrerão em diferentes datas, começando a 28 de Novembro e prolongando-se até Janeiro, com resultados finais previstos para 13 de Janeiro de 2012.

Para além da Irmandade Muçulmana através do Partido da Liberdade e da Justiça, apresentam-se a eleições muitas outras forças políticas: Al Nour (“A Luz”), Aliança Islamista que agrega cinco formações que tinham rompido com a Irmandade Muçulmana; El Thaoura al Moustamira (“A revolução continua”) que junta pequenos partidos da esquerda marxista; El Kotla el Masreya (“O

Bloco Egípcio”) representa a principal corrente liberal, que tem em Mohamed el Baradei um dos dirigentes mais conhecidos e junta cerca de quinze partidos, entre eles os “Egípcios Livres” de Naguib Sawiris, um copta multimilionário da área das telecomunicações, e ainda o Partido Social Democrata. O Partido Comunista acabou por não integrar o Bloco Egípcio.

Nestas eleições, depois de alguma incerteza, a justiça autorizou as candidaturas de antigos membros do Partido Nacional Democrático através de candidaturas independentes ou integrados noutras forças políticas. A campanha eleitoral foi praticamente eclipsada pela violência e contestação ao poder militar que se traduziu em quatro dezenas de mortos e mais de três mil feridos.

A Assembleia que saísse destas eleições teria com uma das principais tarefas (juntamente com a Câmara Alta, ou Senado) a nomeação de uma comissão para redigir uma nova Constituição, aspecto decisivo na transição que o Egipto se propunha fazer.

Menos de dois dias após o fecho das urnas no primeiro dia de eleições já a Irmandade Muçulmana reivindicava vitória. O Partido da Liberdade e da Justiça afirmava em comunicado: “os primeiros resultados obtidos após a contagem na maioria dos locais de voto mostram que as listas do Partido da Liberdade e da Justiça estão à frente com mais de 40% dos votos”. Salafistas e Liberais surgiam a seguir.

Poucos dias depois a Irmandade Muçulmana começa a falar de contactos para a formação de um governo, mas os militares tinham sido claros na calendarização do processo de transição e não voltaram atrás: o poder passaria para as mãos dos civis apenas quando fosse eleito um Presidente da República e o Primeiro-Ministro indigitado, Kamal al-Ganzouri, acabou por formar um gabinete interino e tomar posse em período eleitoral.

A 5 de Janeiro o Ministério Público pede a pena de morte para o antigo Presidente, para o antigo Ministro do Interior e para quatro altos responsáveis da polícia. Estavam todos acusados da morte de 850 manifestantes durante a revolta popular no início de 2011. No entanto, o Conselho Superior das Forças Armadas tinha poder para vetar a condenação no caso de a sentença ser confirmada após recurso.

Outro facto deste mês de Janeiro de 2012 no Egipto foi o Natal copta. A tradicional missa do galo foi celebrada com um dispositivo de segurança reforçada em redor das Igrejas. Aos apelos internacionais para protecção das minorias religiosas no Médio Oriente, as autoridades egípcias e os novos actores políticos responderam com uma presença na Catedral Copta de São Marcos em Abbassyia, para participarem na vigília celebrada pelo Patriarca da Igreja Copta Ortodoxa Chenouda III. O número dois do Conselho Supremo das Forças Armadas, Sami Anan, e outros generais estiveram presentes, tal como Mohammed Morsi, o líder do Partido da Liberdade e da Justiça. Aliás, a Irmandade Muçulmana vinha a fazer repetidos apelos aos seus militantes para que participassem na protecção das Igrejas. O Patriarca Chenouda III disse por

esta altura que “O Egipto atravessa um período transitório crítico mas estamos certos que vamos percorrê-lo em paz”, saudando o papel das Forças Armadas “que têm feito sacrifícios para o bem do Egipto e do seu povo”. Com esta atitude de Chenouda III resta a leitura de que perante a votação esmagadora nas forças islamistas, o Patriarca Copta ainda vê numa aproximação aos militares a única forma de conseguir alguma segurança para uma comunidade que representa 6 a 10% dos mais de 80 milhões de egípcios.

Ainda com as eleições a decorrerem mas com a vitória do braço político da Irmandade Muçulmana já como um dado adquirido, desloca-se ao Cairo o número 2 do Departamento de Estado norte-americano. O Secretário de Estado Adjunto William Burns reuniu-se com dirigentes do Partido da Liberdade e da Justiça e o líder do partido, Mohammed Morsi, sublinhou a importância do encontro e a importância de relações equilibradas entre o Egipto e os Estados Unidos. Morsi revelou também que fez dois apelos a Washington: para rever a sua política em conformidade com uma Primavera Árabe que varreu os regimes autocráticos na Egipto, na Líbia e na Tunísia e para adoptar uma atitude positiva em relação às causas árabes e islâmicas.

A Irmandade Muçulmana que esteve sentada à mesa com William Burns foi a mesma Irmandade Muçulmana que já tinha recebido Ismail Haniyeh, Primeiro-Ministro do Hamas na Faixa de Gaza. Os “Irmãos” tinham a aparente noção de que teriam primeiro de ganhar o Egipto, consolidar apoios internos, e depois então tratarem da questão mais importante em termos internacionais: a relação com Israel. Alguns responsáveis políticos da Irmandade, entre os quais aquele que viria a ser Presidente da República, Mohammed Morsi, diziam que o Egipto iria respeitar os Tratados Internacionais (o que incluía o Tratado de Paz com Israel), outro dirigente, Rashad Bayoumi, adjunto do líder espiritual da Irmandade, negava que tivessem sido dadas quaisquer garantias, assegurava que os membros da Irmandade não iriam sentar-se à mesa com Israel: “Nós não reconhecemos Israel, de todo. (Israel) é um inimigo, um ocupante, um violador e um criminoso”.

Embora com sucessivos tropeções que se traduziam num importante rasto de violência e sangue, o Egipto ia cumprindo etapas e a 15 de Janeiro, o Conselho Supremo das Forças Armadas, anuncia através da televisão que a partir de 15 de Abril poderiam ser apresentadas as candidaturas às eleições presidenciais previstas para Junho. Um dia antes deste anúncio, Mohamed el Baradei disse que não iria candidatar-se por considerar que não existia uma verdadeira democracia e que o antigo regime não caíra. Uma renúncia atirada à cara dos militares.

IRMANDADE CONCRETIZA O SONHO DE CHEGAR AO PODER

Contados os votos, a Irmandade Muçulmana fica com 47% dos lugares e é primeira força política do país através do Partido da Liberdade e da Justiça. Em

segundo lugar, os salafistas do Al Nour com cerca de 25% dos lugares. O campo liberal pagou a falta de entendimento com uma pesada derrota e a dispersão de votos por várias forças políticas. O novo Wafd (nacionalista e liberal) não chegou aos 8% dos lugares e o Bloco Egípcio não atingiu os 7%. Quinze forças políticas conseguiram representação parlamentar enquanto outras 21 ficaram de fora (não obtiveram 0,5% dos votos, fasquia mínima para eleger representantes). A somar aos parlamentares eleitos outros 10 foram nomeados pelo Conselho Supremo das Forças Armadas. A Comissão eleitoral revelou uma participação de 62% dos eleitores inscritos.

A forte afluência às urnas num país com elevada taxa de analfabetismo e desemprego é um dado significativo que expressa a vontade dos egípcios de participarem nas decisões políticas e castigarem o antigo regime votando em massa naqueles que sempre se lhe opuseram. Saber se o voto nos islamistas é um voto consciente que aponta para a vontade de ter um regime que tenha o Islão como primeiro pilar ou se é apenas o tal castigo que os egípcios decidiram aplicar ao antigo regime, é uma questão que dificilmente terá uma resposta definitiva e objectiva e que encontrará argumentos de peso para defender qualquer uma das leituras.

Mas enquanto o processo avançava, a Economia do Egipto - muito dependente do turismo - afundava-se e depois de inicialmente ter rejeitado a ajuda do Fundo Monetário Internacional, o governo interino de Kamal al Ganzouri e o Conselho Supremo das Forças Armadas acabam por concordar em pedir a ajuda do FMI. A poucos dias do primeiro aniversário da revolução, o Ministro do Turismo anunciava que as receitas do Turismo em 2011 tinham sofrido uma queda de 30%.

Entretanto, a 23 de Janeiro, tem lugar a primeira sessão da recém-eleita Assembleia do Povo (Câmara Baixa do Parlamento) e é eleito presidente um deputado da Irmandade Muçulmana: Saad al Katatni consegue 399 votos dos 508 deputados.

Com esta primeira sessão, o poder legislativo que desde a queda de Moubarak tinha estado nas mãos do Conselho Supremo das Forças Armadas, fica agora entregue aos deputados eleitos. Mas esta era uma Assembleia que não sabia muito bem - ou não sabia de todo - quais eram os seus verdadeiros poderes. A ausência de uma Constituição provocava um vazio. A única certeza era que após a eleição da Shura (Câmara Alta ou Senado), as duas câmaras teriam de nomear uma comissão para redigir uma nova Constituição.

A expectativa era grande e os receios também. O director executivo da Human Rights Watch, Kenneth Roth, sublinhava que a Irmandade Muçulmana "está a ter o discurso certo" mas "temos que ver como vai governar e como vai tratar as mulheres e as minorias religiosas. Essas são as grandes questões", acrescentando que o Ocidente tem que aceitar que os islamistas são a maioria preferida no Egipto e em outros países árabes e naturalmente vão ficar mais fortes num sistema democrático.

UM ANO DE REVOLUÇÃO

A 25 de Janeiro de 2012 o Egipto comemorava o primeiro aniversário do início das manifestações que derrubaram Hosni Moubarak. Apesar de já terem sido realizadas as primeiras eleições e de existir um calendário que previa eleições, referendo ao projecto de Constituição e transferência do poder para os civis, existia um profundo receio de que os militares estivessem a fazer tudo para retardar essa transferência de poder. Para os activistas jovens, a revolução estaria incompleta enquanto permanecesse o poder dos militares. Esse protesto quase constante, que deu origem a múltiplos confrontos, deu origem a dois receios principais entre a população egípcia: o primeiro, que se instalasse o caos devido à permanente instabilidade que retardava a recuperação do turismo e da economia; o segundo, atendendo à violência da repressão, a possibilidade de regresso a tempos muito parecidos com os tempos de Moubarak.

Perante este cenário, a Irmandade Muçulmana apostava num calendário – o dos militares – porque os resultados estavam a ser favoráveis (não faltava quem dissesse que militares e Irmandade tinham um acordo para dividir o poder...) sendo que estavam ainda frescas as declarações do líder da Irmandade Muçulmana, Mohammed Badie, num aviso aos militares: “Respeitamos e consideramos as Forças Armadas mas o conselho militar deve ser responsabilizado por quaisquer erros... ninguém está acima das responsabilidades”. De facto, um ano após a queda de Moubarak, o Primeiro-Ministro do Egipto era Kamal al Ganzouri, escolhido pelos militares, um homem que tinha desempenhado as mesmas funções enquanto Moubarak foi presidente; a Lei de Emergência continuava em vigor desde 1981; milhares de pessoas continuavam a ser levadas a tribunal militar. As únicas alterações eram uma maior liberdade de expressão e as eleições livres que tinham dado a vitória à Irmandade Muçulmana.

NOVA VITÓRIA DA IRMANDADE MUÇULMANA

Depois da vitória nas eleições para a Câmara Baixa do Parlamento, a Assembleia do Povo, o Partido da Liberdade e da Justiça conseguiu uma vitória ainda mais expressiva nas eleições para a Shura, a Câmara Alta ou Senado. Neste último caso, o Partido da Liberdade e da Justiça ficou com 106 dos 180 lugares que foram sufragados, sendo que outros 90 lugares da Shura eram para representantes nomeados pelos militares e pelo presidente que viesse a ser eleito.

A Shura é uma Assembleia com funções consultivas que apenas se pronuncia em projectos-lei com origem no Governo ou no Presidente da República. Estando eleita a Shura, poderão ser escolhidos os 100 membros da comissão que vai redigir o projecto de uma nova Constituição para o Egipto, projecto esse que terá de ser referendado.

A exemplo do que aconteceu com a Assembleia do Povo, o presidente da Shura pertence ao braço político da Irmandade Muçulmana. Ahmed Fahmi, segundo a BBC²³, um pouco conhecido membro da Irmandade foi eleito e, numa mensagem dirigida aos militares, considerou que apoiaram a revolução e foram como que uma espada e um escudo que protegeu e defendeu o Egipto. Palavras que ajudaram a sustentar a teoria de que a Irmandade Muçulmana e os militares estariam a trabalhar em conjunto. A BBC²⁴ acrescenta que os liberais recebiam que a Irmandade Muçulmana e os militares encontrassem uma forma de partilhar o poder. Eventualmente poderia ser encontrada uma solução que permitisse aos militares manterem alguns privilégios e terem direito de veto em áreas como os negócios estrangeiros e a defesa; em contrapartida a Irmandade Muçulmana teria o controlo das outras áreas na sociedade egípcia.

ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS

As eleições presidenciais foram agendadas para 23 e 24 de Maio. De uma forma surpreendente, e histórica, a Irmandade Muçulmana que tinha dito que não iria apresentar um candidato próprio lançou o nome de Khairat al Shater, número 2 de Mohammed Badie o Guia Supremo e líder espiritual da Irmandade. Nunca, em toda a sua história, a Irmandade Muçulmana tinha apresentado um candidato à Presidência da República. Al Shater estava preso aquando da revolta que fez cair Moubarak e foi libertado apenas a 3 de Março de 2011. O jornal El País²⁵ explica que a questão de apoiar um outro candidato ameaçava dividir a Irmandade Muçulmana e por isso a solução mais indicada para preservar a coesão e a disciplina interna foi a apresentação de um candidato próprio.

A decisão foi também um reflexo das duas vitórias eleitorais e do crescimento do peso eleitoral na segunda destas eleições. A perspectiva era a de ter todo o poder num Egipto que durante décadas tinha excluído a Irmandade dos centros de poder e da participação na vida política.

Al Shater tinha afrontado Moubarak nas legislativas de 2005. Era também um dos três adjuntos do Guia Supremo da Irmandade e era apontado como o homem mais poderoso dentro da organização. Chegou a ser referido como a “eminência parda”.

Esta candidatura que não chegou a concretizar-se viria a constituir um choque entre a Irmandade e os militares no poder. Uma lei ainda em vigor não permitia que alguém fosse candidato a cargos públicos se tivesse saído da prisão

²³ BBC – Islamist elected speaker of Egypt’s upper house, consultado em 1 Mar 2012. Disponível em <http://www.bbc.co.uk/news/world-middle-east-1719962>

²⁴ *Idem*

²⁵ GONZÁLEZ, Ricard – Jornal El País, Los islamistas anuncian su candidato para las presidenciales. Consultado em 1 JUL 2014. Disponível em http://Internacional.elpais.com/internacional/2012/03/31/actualidad/1333223168_826562.html

– fim da pena – há menos de 6 anos. Era o caso de al Shater. Três meses depois da primeira vitória eleitoral, Irmandade Muçulmana e militares já mediam forças.

Ainda o Egipto digeria a decisão da Irmandade Muçulmana e os rumores de que Omar Suleiman também iria candidatar-se foram confirmados. Dois dias depois de ter dito que não seria candidato, Suleiman acabou por confirmar a candidatura justificando a decisão com o forte apelo que recebeu dos apoiantes. O jornal *El País* interpreta a situação como um sinal da “intenção de restaurar a velha ordem”²⁶ e refere a opinião de alguns analistas para dizer que Omar Suleiman deverá ser o candidato da junta militar. Às presidenciais egípcias de 2012 houve 23 candidatos que entregaram os dossiês de candidatura na Comissão Eleitoral. Entre eles, figuras do regime de Moubarak e outros que apenas tinham ficado conhecidos após a revolta. Numa segunda linha, se assim se pode designar, estavam na corrida, Amr Moussa, antigo líder da Liga Árabe, Hamdeen Sabahi (de esquerda, líder do partido pan-árabe Karama), o pregador salafista Hazem Abu Ismail, o antigo membro da Irmandade Muçulmana, Abdel Aboul Foutouh e o último Primeiro-Ministro de Moubarak, Ahmed Shafiq.

E ainda numa terceira linha surgiam nomes como Khaled Ali, um advogado de esquerda, e Abdallah al Achaal do partido salafista Al Assala. A única mulher que tinha manifestado intenção de se candidatar, a estrela da televisão Bothaina Kamel, acabou por não conseguir as trinta mil assinaturas exigidas. A Lei, aliás, impunha outras condições como por exemplo a de que o candidato apenas tivesse a nacionalidade egípcia e o mesmo teria que se verificar com os pais do candidato e com o cônjuge. E à última hora, precisamente por causa da Lei Eleitoral, prevendo eventuais problemas com o candidato Khairat al Shater, a Irmandade Muçulmana decidiu candidatar também Mohammed Morsi, presidente do Partido da Liberdade e da Justiça. Uma decisão que viria a revelar-se acertada. A 15 de Abril, data limite para a decisão sobre as candidaturas apresentadas, a Comissão Eleitoral desqualificou 10 dos candidatos que apresentaram a documentação exigida e a 17 de Abril ficou a conhecer-se a lista final de candidatos. Entre os desqualificados estavam Omar Suleiman, Khairat al Shater e Hazem Abu Ismail. De acordo com a Comissão Eleitoral, Suleiman não terá obtido as assinaturas necessárias em todas as regiões administrativas; Hazem Abu Ismail foi afastado devido ao facto da mãe ter também nacionalidade norte-americana; al Shater foi impedido de se candidatar porque saiu da prisão apenas depois da queda de Moubarak e a Lei Eleitoral exigia que os candidatos não tivessem cumprido pena num período de 6 anos antes das eleições. O que surpreende nesta condição legal é que não tenha sido tido em conta que muitos dos adversários políticos do regime que a revolução derrubou tenham estado presos, tenham sido vítimas de perseguição política, alguns cumpriram dezenas de anos de prisão, precisamente por se oporem ao regime de Moubarak e muitos deles estavam presos quando a revolta começou.

²⁶ GONZÁLEZ, Ricard - *Jornal El País*, Omar Suleimán, el hombre fuerte de Mubarak, se postula a sucederle. Consultado em 7 JUL 2012. Disponível em http://Internacional.elpais.com/internacional/2012/04/06/actualidad/1333745074_184320.html

As eleições presidenciais eram vistas como um momento decisivo para a revolução. Iam decidir quem seria o primeiro Presidente da República verdadeiramente escolhido pelo povo egípcio e constituíam o último passo do calendário que havia sido estabelecido para que os militares entregassem o poder aos civis e regressassem aos quartéis.

A 10 de Maio o Egipto assiste, pela primeira vez na história, a um debate televisivo entre dois candidatos presidenciais. O debate foi transmitido por dois canais privados e os candidatos escolhidos foram Amr Moussa e Abdel Aboul Foutouh, a quem as sondagens do momento atribuíam algum favoritismo sendo que a corrida estava totalmente em aberto.

Com o evoluir da campanha, começa a perceber-se que havia 5 candidatos com mais possibilidades de vencer: Amr Moussa, Abdel Aboul Foutouh, Mohammed Morsi, Ahmed Shafiq e Hamdeen Sabahi (candidato de esquerda e líder do partido pan-árabe Karama). E a uma semana da campanha, grande parte dos analistas atribuem o favoritismo a Ahmed Shafiq e a Mohammed Morsi. Tinham razão. Vão ser os dois candidatos que passam à segunda volta das presidenciais. Uma vitória de Shafiq significaria manter na presidência a ordem estabelecida em 1952 quando os militares derrubaram a monarquia, seria uma vitória da velha guarda, embora fosse praticamente inevitável fazer algumas reformas; uma vitória de Morsi colocaria a Irmandade Muçulmana como um poder consolidado e poderia mexer com questões regionais, sendo certo que haveria mudanças no Egipto.

Ainda quanto a Ahmed Shafiq é preciso ter em conta que expressou publicamente grande admiração por Hosni Mubarak e nunca se demarcou dessas afirmações. Quando foi questionado sobre a entrevista que tinha dado ao canal Al Hayat, onde afirmou que depois do seu próprio pai tinha em Mubarak um modelo, Shafiq explicou: “ (...) vou continuar a dizer-vos isto até ao fim da minha vida, por uma razão: ele (Mubarak) teve grande coragem”. O Jornal El País referiu-se a Ahmed Shafiq como a “continuidade em estado puro”²⁷.

AS ELEIÇÕES

Foi uma campanha eleitoral frenética, própria de um país a dar os primeiros passos numa vivência democrática após décadas de ditadura. Tudo era novo para os candidatos e para o povo egípcio. A exemplo do que já acontecera nas eleições parlamentares, os emigrantes egípcios puderam votar (nunca tal tinha acontecido no tempo de Mubarak) e a dois dias do início das presidenciais surgem os primeiros resultados do voto dos emigrantes em 33 países: Mohammed Morsi é o mais votado com uma vantagem significativa sobre Abdel Aboul Foutouh,

²⁷ BASTENIER, Miguel Ángel - Jornal El País, El Egipto poscolonial. Consultado em 12 Jun 2014. Disponível em http://Internacional.elpais.com/internacional/2012/05/22/actualidad/1337710331_322049.html

considerado um islamista moderado e a 28 de Maio os resultados oficiais foram divulgados pela Comissão Eleitoral: Mohamed Morsi 24,7%, Ahmed Shafiq 23,6%. A fractura era evidente e havia o receio de que se pudesse traduzir em violência. O Egipto estava claramente polarizado.

Como se não bastasse o limbo em que o Egipto se encontrava face à escolha de contornos dramáticos de um Presidente da República, os egípcios aguardavam a sentença do Tribunal no julgamento de Hosni Mubarak. Com um candidato do antigo regime a disputar a vitória nas presidenciais, um veredicto que determinasse a inocência de Mubarak poderia descambar em grande violência. No caso de ser considerado culpado, Mubarak enfrentava a possibilidade de ser condenado à morte.

A 1 de Junho, depois de adiada a promessa de levantar o estado de emergência a 25 de Janeiro, os egípcios acordaram, finalmente, sem essa lei opressora.

A 2 de Junho é conhecida a sentença do Tribunal: Hosni Mubarak é considerado culpado e condenado a prisão perpétua; o antigo Ministro do Interior, Habib el Adli é sentenciado com a mesma pena; os seis altos responsáveis da polícia também acusados da morte de 850 manifestantes durante a revolta de 2011, são absolvidos, tal como os dois filhos de Mubarak, acusados de corrupção e em relação aos quais o Tribunal considerou que os factos de que eram acusados já tinham prescrito. A defesa de Mubarak e de el Adli fez saber que apresentaria recurso. O Julgamento de Hosni Mubarak era importante não apenas para o Egipto mas também para o conjunto de países que sentiam os ventos da Primavera Árabe. Afinal, Mubarak era o primeiro dos governantes varridos do poder que respondiam em Tribunal. Os factos políticos sucediam-se a um ritmo que um país recentemente saído de uma prolongada ditadura tinha dificuldade em assimilar.

OS DIAS FRENÉTICOS E O SUAVE GOLPE DE ESTADO

Três dias antes do início da segunda-volta das presidenciais, foi eleita a Comissão - na prática uma Assembleia Constituinte - que tinha por função redigir um projecto de Constituição e que ficou dominada pelas forças islamistas. Salafistas e Irmandade Muçulmana tinham a maioria dos assentos parlamentares e dominaram as votações. Ficou estabelecido que a aprovação de cada artigo teria obrigatoriamente uma maioria qualificada de dois terços.

E a 14 de Junho, a dois dias das eleições, surge uma decisão do Tribunal Constitucional: declarou o Parlamento (Assembleia do Povo) "ilegal" argumentando que foram ilegais as condições em que os deputados foram eleitos. Uma alteração à lei, num acordo entre forças políticas e militares, permitindo que candidatos filiados em partidos políticos pudessem candidatar-se como independentes, foi o argumento do Tribunal. Isto é, a Lei Eleitoral era considerada

inconstitucional, apesar de não haver Constituição. A sentença do Constitucional, dominado por juizes do regime que era suposto ter caído com Moubarak, abria a porta para uma eventual dissolução do Parlamento (Assembleia do Povo).

A tensão que já era grande subiu num ápice e o Conselho Supremo das Forças Armadas admite que poderá reassumir o poder legislativo. O Jornal El País resumiu as decisões titulado que o “Egipto regressou à casa de partida”²⁸. Ainda o El País fez um editorial (Golpe suave em Egipto) sobre a situação no Egipto. O jornal denunciava a instauração da Lei Marcial, o regresso do poder legislativo à junta militar e concluía²⁹: “O antigo regime, de que realmente só caiu o Presidente, os militares deixaram cair a máscara. O chamado Estado profundo veio à superfície para cortar o caminho aos islamistas. Neste momento, a Primavera Árabe parece estar liquidada no Egipto. Os manifestantes da Praça Tahrir não estavam satisfeitos com nenhum dos candidatos (presidenciais na segunda-volta), mas lutavam pelo processo democrático. Se nada interromper o processo eleitoral e se Shafiq ganhar, significará um regresso ao regime de Moubarak. Se ganha o candidato islamista, a situação pode entrar numa perigosa segunda fase. As democracias devem condenar o atropelo”. Não condenaram.

O Egipto estava a viver a contra-revolução e a Irmandade Muçulmana reagiu às decisões do Tribunal declarando que se tratava de um “golpe de estado” dos militares. Na verdade e em véspera da segunda-volta das presidenciais, a Irmandade Muçulmana apresentava-se como única alternativa ao regime e aos militares e era, de momento, a única salvação possível para a revolução. Afinal, quem ia a votos era o antigo regime e o movimento de contestação que o abalou.

Ainda antes das eleições, a junta militar declarou nulas as eleições parlamentares e o Parlamento ficou suspenso. Os militares, tal como tinham avisado, chamaram a si todo o poder legislativo até à eleição de uma nova Assembleia e até a nomeação da Comissão que iria redigir o projecto de Constituição ficou a cargo dos militares. Depois, dia 17 de Junho à noite, quando ainda se começavam a contar os votos das presidenciais, a junta militar publicou o que designou por “anexo constitucional” e que cortava pela raiz o resultado prático de uma vitória nas presidenciais: o Presidente perdia a chefia das Forças Armadas e também a palavra a que tinha direito na aprovação do Orçamento do Estado. Ficava muito claro até onde os militares estavam dispostos a ir. O “golpe suave” a que o El País fizera referência ganhava contornos mais pesados. Os egípcios tinham acabado de eleger um Presidente sem saberem que tipo de poderes ele teria e ficavam agora a saber que tinha perdido os poderes principais que era suposto ter.

²⁸ Ó. G. – Jornal El País, Egipto vuelve a la casilla cero. Consultado em 14 Jun 2012. Disponível em http://Internacional.elpais.com/internacional/2012/06/14/actualidad/1339692760_553670.html

²⁹ Jornal El País, Golpe suave en Egipto. Consultado em 16 Jun 2012. Disponível em http://elpais.com/elpais/2012/06/14/opinion/1339699730_377385.html

PARTIR DO ZERO...

Uma semana depois das eleições, a 24 de Junho, os resultados foram anunciados pelo presidente da Comissão Eleitoral, Farouk Sultan. Mohammed Morsi venceu as eleições com 51,7% (13,2 milhões de votos); Ahmed Shafiq obteve 48,3% (12,3 milhões de votos) numa segunda volta em que a taxa de participação foi de 51,85%, uma participação superior à da primeira volta que tinha ficado pelos 46%.

Muitos egípcios respiraram de alívio perante a vitória de um homem que impedia o Egipto de ter um presidente que vinha do regime que a revolta pretendia derrubar. Mas não é menos certo que a expressiva votação em Ahmed Shafiq era, no mínimo, um sinal do receio de quase metade dos eleitores, que votaram em Shafiq para tentar travar eventuais derivas que pudessem resultar de uma vitória do candidato da Irmandade Muçulmana.

Mohammed Morsi foi felicitado e encorajado, mas o Egipto era um país sem Parlamento, sem Constituição com a economia a ruir e com um Presidente sem os maiores poderes que um Presidente pode ter: a chefia das Forças Armadas e uma palavra a dizer sobre o Orçamento do Estado. A tarefa era gigantesca.

A Irmandade Muçulmana tinha, agora, todo o poder. Ou quase. No dia seguinte à vitória, Mohammed Morsi fez o seu primeiro discurso à nação e todas as suas palavras foram enquadradas pelo projecto que a Irmandade vinha defendendo e a que dava a designação de “renascer”. “Renascer” era a linha mestra: um conjunto de ideias inspiradas no Corão e que se traduziam em políticas concretas. Em declarações ao El País, Gehad el Haddad, porta-voz da Irmandade explica que “a ideia é partir do zero. Criar uma nova civilização”³⁰.

Logo a 8 de Julho, com o Secretário de Estado Adjunto norte-americano no Cairo para entregar a Morsi uma mensagem de Barack Obama, o Presidente egípcio publicou um decreto em que anulava a dissolução do Parlamento e convidada os deputados a reunirem-se na Assembleia e a retomarem as suas funções. O decreto presidencial previa também a organização de eleições antecipadas para a Assembleia do Povo, 60 dias depois da aprovação em referendo da nova Constituição. Era a afronta ao poder militar.

No mesmo dia, o Conselho Supremo das Forças Armadas respondeu com uma reunião de urgência para analisar a decisão de Mohammed Morsi. O decreto de Morsi acabaria por ser anulado mas estava aberta a “guerra” entre Morsi e os militares. O Presidente eleito usava a legitimidade das urnas para tentar inverter uma ordem que os militares, sem ninguém lhes outorgar esse poder, tinham chamado para eles. Falar de legalidade nestes dias que o Egipto atravessava era algo absolutamente subjectivo.

Uma segunda afronta aos militares surge em Agosto quando Morsi afastou

³⁰ CARBAJOSA, Ana - Jornal El País, El islamismo aspira a transformar Egipto. Consultado em 09 Jun 2014. Disponível em http://international.elpais.com/international/2012/06/25/actualidad/1340650464_483764.html

os chefes militares mais poderosos: Marechal Husseín Tantawi (líder do CSFA e Ministro da Defesa) e Sami Anan (chefe do Estado Maior) e todos os chefes dos ramos das Forças Armadas. Face a estas decisões de Morsi, o analista Shadi Hamid, do Brookings Institution em Doha, sugeriu que “um volte-face desta natureza só pode evidenciar uma divisão no interior do Conselho Supremo das Forças Armadas – Morsi não afastaria o chefe do Conselho, o todo-poderoso Marechal Husseín Tantawi, sem o apoio de muitos e poderosos militares”³¹. Uma semana antes, Mohammed Morsi tinha afastado o chefe dos serviços secretos depois de (a 5 de Agosto) um ataque de combatentes islamistas no Sinai que matou 16 guardas fronteiriços.

Esta decisão de substituir chefias militares foi acompanhada de uma outra: Mohammed Morsi assumiu todos os poderes que a declaração constitucional (também designada de adenda constitucional...) da junta militar lhe retirara no momento das eleições presidenciais. A essa decisão dos militares que o jornal *El País* tinha apelidado de Golpe Suave, Mohammed Morsi respondia com um contragolpe de surpresa, desferido num momento de fragilidade dos militares depois do atentado no Sinai. O jornal Público chamou-lhe “a desforra dos Irmãos Muçulmanos”³².

O contra-ataque da Irmandade Muçulmana teve ainda uma outra vertente: a nomeação do juiz Mahmoud Mekki para vice-presidente. Mekki tinha sido o juiz que denunciara a fraude eleitoral nas eleições de 2005. A nomeação de um juiz para vice-presidente tentava também acalmar a oposição do sistema judicial cujos órgãos de topo estavam ainda ocupados por homens nomeados por Mubarak.

Aparentemente, os militares acataram as decisões de Mohammed Morsi. Foi a primeira vez na história do Egito que um civil eleito destituiu militares e para que isso tenha ocorrido de forma aparentemente pacífica talvez tenha contribuído a “óbvia necessidade de rejuvenescer as chefias e abrir oportunidades às novas gerações”³³ para além de irem ocupar cargos financeiramente muito atractivos na administração de empresas do Estado.

No momento em que os militares egípcios perderam poder, Washington e Telavive sabiam que tinham perdido os mais fiéis aliados. Morsi não hostilizava Estados Unidos nem Israel, mas essa ausência de hostilidade podia apenas ser o reflexo das prioridades da agenda do Presidente.

A voz de um Mohammed Morsi encarnando os grandes problemas do Médio Oriente fez-se ouvir em Nova Iorque, durante a Assembleia Geral da ONU. No seu primeiro discurso, Morsi apelou ao fim da guerra civil na Síria e à

³¹ LORENA, Sofia – Jornal Público, Presidente egípcio substitui chefias militares e alarga os seus poderes, 13 Ago 2012, p 22

³² FERNANDES, Jorge Almeida – Jornal Público, Egito: a desforra dos Irmãos Muçulmanos, 19 Ago 2012, p 25

³³ RODRIGUES, Alexandre Reis – Jornal Defesa e Relações Internacionais, Egito. Da Primavera Árabe para a Primavera Islâmica. Consultado em 12 Jun 2014. Disponível em http://database.jornaldefesa.pt/crises_e_conflitos/medio_oriente/Egito%20Da%20primavera%20C3%A1rabe%20para%20a%20primavera%20isl%C3%A2mica.pdf

renúncia de Bashar al Assad. Apelou também à Turquia, Arábia Saudita e Irão para se juntarem num grupo de contacto para acabarem com o que considerou ser “a catástrofe na Síria”. Por outro lado, Morsi apelou para que as Nações Unidas reconhecessem o estatuto de Estado aos palestinianos, existisse ou não um acordo de paz com Israel. Morsi afirmou que “os frutos da dignidade e da liberdade não devem permanecer longe do povo palestiniano”, acrescentando ser “vergonhoso” que as resoluções da ONU não sejam aplicadas.

Em termos internos Mohammed Morsi assinalou os 100 dias de presidência com a assinatura de um decreto em que amnistiou os envolvidos nas manifestações desde o início da revolução até 30 de Junho de 2012.

Outro ponto da agenda egípcia era a redacção do projecto de Constituição. Ainda sem o projecto de Constituição e perante pressões e entraves vários, Mohammed Morsi decide dar o passo que marcou o fim do período que terá sido o seu “estado de graça”. A 22 de Novembro, decretou que nenhuma instituição do Estado poderia anular as suas decisões. Esta era apenas uma das regras que constavam de um pacote legal que Morsi decidiu decretar. Quatro decretos presidenciais tentavam, de uma vez por todas, sair do emaranhado legal em que se transformara a transição e em que um sector judicial com cúpulas (ainda afectas a Moubarak utilizava para travar o poder da Irmandade Muçulmana. Assim, o Presidente decretou que nenhuma das suas decisões legais poderia ser revogada por outra instituição do Estado, incluindo o poder judicial; substituiu o Procurador-Geral do Estado, Abdel Mahmud, uma das figuras que ainda restava do tempo de Moubarak, e que era apontado como o grande responsável pela absolvição dos responsáveis policiais acusados da morte de manifestantes aquando da revolta que fez cair Moubarak; decidiu que todas as pessoas absolvidas pelos tribunais nos julgamentos em que eram acusadas da morte de manifestantes e de abusos cometidos durante os 18 dias de revolução voltariam a ser julgadas; blindou a Assembleia (ameaçada de dissolução – em apreciação no Tribunal Constitucional) e prolongou o prazo para que a Assembleia Constituinte apresentasse um projecto de Constituição. Eram decretos que, segundo o próprio Mohammed Morsi, apenas estariam em vigor até haver uma nova Constituição, mas alguma oposição qualificou-o de “ditador temporário”.

A cartada jogada por Mohammed Morsi configurava um “tudo ou nada” da Irmandade Muçulmana que via o tempo passar e não conseguia fazer avançar o processo de transição, permanentemente enredado e travado por questões legais.

Da mesma forma que Morsi pressentiu o momento ideal para decapitar a cúpula militar (chefias militares fragilizadas devido ao incidente no Sinai) também agora o Presidente percebeu que tinha a oportunidade política para mais um passo em frente. Morsi tinha visto subir a sua popularidade faze ao êxito diplomático que conseguiu na crise da Faixa de Gaza.

Em meados de Novembro de 2012, face aos ataques aéreos israelitas à Faixa de Gaza e aos sinais de que poderia repetir-se uma ofensiva terrestre (uma possível repetição da ofensiva israelita em 2008/2009), Washington pediu ao Egipto para

utilizar a sua influência na região de modo a conseguir reduzir a tensão. Também Tony Blair, enviado especial do Quarteto (ONU, União Europeia, Estados Unidos e Rússia) para o Médio Oriente, considerou que o Egito poderia desempenhar um papel construtivo na resolução da crise.

O Egito condenou a “agressão” israelita, segundo palavras atribuídas a Mohammed Morsi. O embaixador egípcio em Israel foi chamado ao Cairo e o Egito pediu aos Estados Unidos para intervirem junto de Israel para que parassem os ataques aéreos. Mas, sinal maior de que algo tinha mudado, o Egito decidiu enviar a Gaza o seu Primeiro-Ministro, Hicham Qandil (onde foi recebido pelo Primeiro-Ministro do Governo do Hamas, Ismail Haniyeh) “para exprimir o nosso apoio ao povo palestino e ver quais são as necessidades”.

As palavras de Mohammed Morsi não deixavam dúvidas quanto à mudança de atitude do Egito em relação ao conflito israelo-palestino: “os israelitas devem compreender que nós não aceitamos esta agressão e que ela apenas pode conduzir à instabilidade na região”. Mohammed Morsi foi ainda mais incisivo: “Digo-lhes em nome de todo o povo egípcio que o Egito de hoje é diferente do Egito de ontem, e que os árabes de hoje são diferentes dos árabes de ontem”. Por esta altura, o Egito era o local de exílio do líder político do Hamas, Khaled Mechaal.

O cessar-fogo entre Israel e o Hamas foi anunciado no Cairo a 21 de Novembro. Lado a lado, a Secretária de Estado norte-americana e o Ministro dos Negócios Estrangeiros egípcio. O Egito tinha mudado de atitude em relação ao conflito mas manteve a influência e a capacidade enquanto mediador. Os Estados Unidos não se coibiram de considerar Morsi “construtivo” e “pragmático”. Morsi e Obama falaram ao telefone por cinco vezes em dois dias. Apesar da desconfiança de Washington, Morsi demonstrara ser um parceiro confiável.

Foi com o lastro deste êxito diplomático que Mohammed Morsi decidiu avançar com um pacote legal que o colocava acima do poder judicial e até mesmo numa posição que nem o próprio Hosni Mubarak obteve em 30 anos de presidência. Muitos escreveram que Morsi tinha ascendido a um patamar em que parecia um “novo faraó”.

A esmagadora maioria das forças políticas saiu à rua para contestar os poderes que Mohammed Morsi atribuiu a si próprio. A Praça Tahrir voltou a encher. Algumas figuras da oposição tinham apelado à participação no que designaram como a “marcha de um milhão de homens” para protestarem contra os decretos de Morsi. Era sexta-feira.

A Irmandade Muçulmana respondeu com uma manifestação de apoio a Mohammed Morsi frente ao Palácio Presidencial. Foi aí que Morsi argumentou em defesa da decisão de publicar os polémicos decretos: “Não quero ter todos os poderes... mas se eu ver a minha nação em perigo, eu vou fazê-lo e vou agir. Tenho de o fazer...”³⁴. Morsi disse ainda isso requeria “livrar-se dos obstáculos

³⁴ Al Jazeera - Morsi decree triggers mass protests in Egypt. Consultado em 23 Nov 2012. Disponível em <http://www.aljazeera.com/news/middleeast/2012/11/201211235363344636.html>

do passado”³⁵. Uma alusão clara aos centros de decisão ocupados por antigos fiéis de Hosni Mubarak.

Se os resultados eleitorais tinham evidenciado um Egipto partido ao meio, as decisões de Mohammed Morsi conseguiram unir toda a oposição: liberais e seculares, jovens da Praça Tahrir, com os fiéis do antigo regime e os militares a juntarem-se, fizeram ouvir uma palavra de ordem – “Morsi igual a Mubarak”. A fractura era cada vez mais evidente.

A 3 de Dezembro o Conselho Superior da Justiça aceitou nomear os juizes para supervisionarem o referendo à Constituição. O referendo foi marcado para 15 de Dezembro. Mas, em vésperas de um importante referendo, a sociedade egípcia estava polarizada ao limite. De um lado estava a Coligação de Forças Islamistas que tinha como principal actor a Irmandade Muçulmana através do Partido da Liberdade e da Justiça, e os partidos salafistas Al Nour, Al Assala e Al Islah. O Jamaat al Islamiya, grupo que juntamente com a Jihad Islâmica esteve na origem da vaga de atentados nos anos 90, antes de renunciar à violência, também fazia parte desta coligação. E é esta coligação que defende a realização do referendo na data prevista e que faz campanha pelo “Sim” à Constituição.

Em oposição, a Frente de Salvação Nacional, formada no dia em que Mohammed Morsi publicou os decretos que lhe davam um poder quase total no Egipto, que tentou ser uma resposta à maioria da Irmandade e dos Salafistas, constituindo-se como força política que representasse a oposição a uma só voz. Esta Frente, presidida por Mohammed el Baradei, Prémio Nobel da Paz, contava também com Amr Moussa, antigo líder da Liga Árabe e com Hamdeen Sabahi, que tinha recebido quase cinco milhões de votos na primeira volta das eleições presidenciais. A Frente de Salvação Nacional agrupava partidos políticos nacionalistas, laicos, de esquerda, coptas, e o Movimento 6 de Abril que esteve na origem dos protestos que derrubaram Mubarak. Na véspera do referendo, a oposição marcou uma marcha de protesto em direcção ao Palácio Presidencial. Os partidários do Presidente marcaram concentração numa mesquita do Cairo. O (novo) Patriarca Copta, Tawadros II, apelou aos egípcios para irem votar.

A CONSTITUIÇÃO APROVADA EM REFERENDO

As grandes linhas do texto que foi aprovado a 30 de Novembro pela Assembleia Constituinte instituíam, para o Presidente da República, um mandato de quatro anos renovável uma vez (Art.º 133) e desaparecia o cargo de vice-presidente; os dirigentes do Partido Nacional Democrático (controlado por Mubarak) em funções no momento da revolução ficam impedidos de se apresentar a eleições presidenciais e legislativas durante 10 anos (Art.º 232); o Ministro da Defesa é escolhido entre os militares (Art.º 195). Um Conselho

³⁵ *Idem*

presidido pelo Chefe de Estado, tendo vários ministros e os presidentes das duas Câmaras do Parlamento, mas composto em maioria por militares, discute o orçamento das Forças Armadas e as leis relativas aos militares (Art.º 197).

Relativamente à questão religiosa era retomada a formulação da antiga Constituição em que os princípios da Sharia (Lei Islâmica) eram a principal fonte da legislação. Fica implícito que a Sharia não é a única fonte do Direito. O Islão é a religião do Estado (Art.º 2); fica previsto que as diversas doutrinas sunitas são consideradas como as fontes de interpretação para a Sharia (Art.º 219); a liberdade de crença é garantida (Art.º 43) mas o projecto de Constituição não faz referência se é em relação ao Islão e se quanto ao cristianismo e ao judaísmo há alguma garantia da prática de culto por parte do Estado.

Em termos de direitos, o texto garante que os civis não possam responder perante a justiça militar, salvo em casos de crimes contra as Forças Armadas (Art.º 198); o texto afirma a igualdade dos cidadãos perante a lei, sem discriminações, mas não refere explicitamente a igualdade entre sexos. Uma disposição que previa que a igualdade entre sexos é coerente com a Sharia foi descartada; A liberdade de expressão é protegida, mas os insultos contra as pessoas são interditos (Art.º 31) tal como os insultos contra os profetas (Art.º 44); o Estado protege a moral, os costumes e a ordem pública (Art.º 11).

Estas eram as questões que mais polémica suscitavam na sociedade egípcia. A 25 de Dezembro, o juiz presidente da Comissão Eleitoral anunciou os resultados finais oficiais: o “Sim” obteve 63,8% dos votos, a participação foi de 32,9%.

E esta passou a ser a questão: a fraca participação passou a ser argumento dos que contestavam a Constituição aprovada. Foi aliás o que escreveu o jornal *Al Sharouk* citado no *Jornal Público*: “A batalha do referendo acabou e a guerra sobre a legitimidade da Constituição começou”³⁶.

Nas reacções aos resultados do referendo, a Irmandade Muçulmana apelou a um virar de página enquanto o líder da Frente de Salvação Nacional, Mohammed el Baradei, pareceu assumir a derrota e embora considerando que a aprovação da Constituição foi um momento triste para o Egipto disse ao jornal *Al-Sharouk* que estava “pronto a dar a mão ao Presidente Morsi na condição de que ele formasse um Governo (de unidade) nacional e que falasse como Presidente de todos os egípcios”³⁷.

A QUEDA DA IRMANDADE MUÇULMANA

O Egipto vivia em grande instabilidade há dois anos. Para além da crise política, a economia afundava-se e a libra egípcia batia recordes de desvalorização face ao dólar norte-americano. Não parecia haver legitimidade das urnas que

³⁶ GUIMARÃES, Maria João – *Jornal Público*, Com a Constituição aprovada, eleições são o próximo campo de batalha. 26 Dez 2012, p 14

³⁷ *Idem*

calasse a oposição à Irmandade Muçulmana. Todos os sinais apontavam para um crescer da violência.

No início de Fevereiro de 2013, líderes religiosos mais radicais lançaram éditos religiosos (“fatwa”) apelando à morte de figuras da oposição. Sobretudo no Cairo, os dias continuaram a ser agitados, sucedem-se as greves, os confrontos e as filas para abastecimento de combustível são uma constante na cidade. Em Março de 2013, dezenas de sedes da Irmandade Muçulmana são assaltadas e incendiadas. Ataques a Igrejas começaram a ser frequentes e o ataque à Catedral Copta no Cairo foi visto como a linha vermelha que tinha sido ultrapassada. A 8 de Abril, pedras, bombas caseiras e cocktails molotov obrigaram os cristãos coptas a procurar refúgio nas caves do templo. Os confrontos levaram o Patriarca Copta, Tawadros II, a denunciar publicamente, através de um canal privado (ONTV) de televisão e de que a Rádio Vaticano fez eco, a atitude das autoridades egípcias: “Vejo que o que aconteceu ultrapassou todas as linhas vermelhas. A má gestão, a negligência e a má avaliação estão muito claras na forma de tratar a crise que ocorreu. Este é um assunto que nos causou muita dor” (...) “o que aconteceu ultrapassou todas as linhas de liberdade e chegou a um estado de agressão total” (...) “a Igreja egípcia, um símbolo nacional, nunca havia sido atacada ao longo de dois mil anos e durante períodos bem piores”³⁸ (Rádio Vaticano, 2013).

Tudo parecia correr mal à Irmandade Muçulmana num momento em que qualquer problema adicional, por pequeno que fosse – e o caso dos coptas não era um problema pequeno – assumia proporções muito maiores.

É neste clima que a oposição reivindica eleições presidenciais antecipadas e rejeita uma proposta de diálogo feita pelo Presidente. Estava em marcha a Tamarrod (rebelião) – criada em Abril – uma campanha assim designada que pretendia recolher quinze milhões de assinaturas para exigir a renúncia de Mohammed Morsi. Em antecipação, a coligação islamista convocou para dia 28 de Junho, sexta-feira, uma manifestação de “duração indeterminada” para defender a legitimidade de Morsi, a quem louvavam a tentativa de purificar as instituições que tinham sido sujeitas a décadas de corrupção. Estava criado, de novo, um clima político propício a mais violência. O Ministro da Defesa avisou, alguns dias antes, que haveria intervenção dos militares no caso de haver violência nas manifestações.

O DIA DO JULGAMENTO

No Domingo, 30 de Junho, muitos milhares de egípcios voltaram à Praça Tahrir e repetiram o *slogan* que tinha sido utilizado até fazer cair Moubarak: “o

³⁸ RADIO VATICANO - Patriarca Copta denuncia negligência das autoridades egípcias nas violências de domingo. Consultado em 15 Jul 2014. Disponível em http://pt.radiovaticana.va/storico/2013/04/09/patriarca_copta_denuncia_neglig%C3%A2ncia_das_autoridades_eg%C3%ADcias_na/bra-681304

povo quer a queda do regime"! Em oposição, os islamistas estavam concentrados desde sexta-feira no Bairro de Nasr City, defendendo a legitimidade do primeiro Chefe de Estado democraticamente eleito. Foi esse o mote do apelo de mobilização lançado pelo Partido da Liberdade e da Justiça. Desta vez, contrariando a ideia de que o movimento islamista estava unido face aos ataques da oposição, o principal partido salafista Al Nour recusou participar nas manifestações de apoio a Morsi e apelou ao Presidente para determinar "uma data para as eleições presidenciais antecipadas, um governo neutro de tecnocratas e uma comissão para emendar a Constituição"³⁹.

Na segunda-feira, 1 de Julho, a oposição sentiu o crescendo das manifestações e apertou o cerco a Mohammed Morsi: deu-lhe 24 horas para deixar o cargo de Presidente da República. Quatro ministros abandonaram o Governo, um deles foi o Ministro do Turismo que já tinha um pedido de demissão pendente. Nessa madrugada, a sede da Irmandade Muçulmana no Cairo foi parcialmente incendiada antes de ser ocupada e pilhada.

Através da Internet, o movimento Tamarrod apresentou o ultimato a Mohammed Morsi: "damos a Mohammed Morsi até terça-feira, 2 de Julho às 17 horas, para deixar o poder e permitir às instituições estatais prepararem uma eleição presidencial antecipada". A alternativa era uma campanha de desobediência civil total.

Mas a Irmandade Muçulmana ainda não considerava que houvesse motivos suficientes para fazer a vontade dos opositores e acusou homens armados de terem assaltado a sua sede nacional, atravessando o que a Irmandade considerou ser uma linha vermelha de violência. "É muito perigoso para uma sociedade que uma entidade recorra à violência como meio de mudança porque talvez outras entidades façam o mesmo. A Irmandade Muçulmana é uma organização disciplinada", disse o porta-voz da Irmandade, Gehad el Haddad que ainda acrescentou que "as pessoas não vão ficar sentadas em silêncio". Palavras ameaçadoras, mas ao mesmo tempo contidas.

Também na segunda-feira, respondendo aos apelos directos feitos na véspera, os militares fizeram um ultimato a Mohammed Morsi: 48 horas para responder às exigências dos cidadãos - "se isso não acontecer dentro do período determinado, cabe (às Forças Armadas) fazê-lo"⁴⁰, afirmou o General Abel Fatah al Sissi (precisamente o homem que Mohammed Morsi tinha nomeado para Ministro da Defesa quando quis afastar o Marechal Tantawi). Com este ultimato a Praça Tahrir explodiu de alegria e quase que já se celebrava o afastamento de Morsi: "Morsi já não é Presidente, Sissi está connosco", disse um manifestante⁴¹.

³⁹ GONZÁLEZ, Ricard - El País, El islamismo político se fragmenta. Consultado em 15 Jul 2014. Disponível em http://internacional.elpais.com/internacional/2013/07/02/actualidad/1372788682_182784.html

⁴⁰ FERREIRA, Ana Gomes; LORENA, Sofia - Jornal Público, Forças Armadas abandonam Morsi e exigem que se faça o que o povo pede. 2 de Julho de 2013, p 22.

⁴¹ *Idem*

De facto, aquilo que parecia um ultimato configurava um golpe militar: “às exigências feitas pelos militares (...) tem-se chamado um ultimato. Na verdade, mais correcto seria chamar-lhe um golpe militar, porque o Presidente, como todos sabem, não tem qualquer espaço para negociar o que quer que seja, muito menos em 48 horas. O curioso da situação é o facto de tratar-se de um golpe militar anunciado e com data marcada. Estamos, presentemente, em contagem decrescente”⁴².

Em termos teóricos a situação política no Egipto é definida por Raúl M. Braga Pires como uma luta entre os partidários de Thomas Hobbes e os de John Locke: “as opiniões dividem-se sobretudo entre ‘hobbesianos absolutistas’ e os ‘lockeianos liberais’”⁴³. Segundo Raúl M. Braga Pires, a perspectiva que os islamistas têm da Democracia é simbolizada pelos hobbesianos a quem se ouve dizer “ganharam as eleições, têm toda a legitimidade para governar, respeitem-nos e, já agora, aguentem-nos até ao fim. Não era democracia que queriam?”⁴⁴. Quanto à oposição egípcia, este autor considera que terá uma perspectiva simbolizada por uma atitude lockeiana que “para além de defender a separação de poderes (...) também aprofunda conceitos como a sociedade civil e vê nas revoluções um direito desta e, mesmo uma obrigação, sempre que haja uma opinião generalizada sobre a má governação do Soberano”⁴⁵.

OS DIAS DO FIM

Na Terça-feira, 2 de Julho, Mohammed Morsi teve uma reunião com Abdel Fatah al Sissi, mas manteve o silêncio e não se sabia que resposta teria dado às exigências dos militares. Por esta altura corriam já insistentes rumores de que as Forças Armadas tinham preparado um plano para uma nova transição política no Egipto. Na cronologia dos acontecimentos publicada pelo jornal Al Ahram⁴⁶ é citada uma fonte da presidência que disse ao jornal que o Presidente Mohammed Morsi foi informado pelas Forças Armadas às 19 horas de que já não era presidente. Isto é, meia hora depois de ter expirado o ultimato de 48 horas. Às 21 horas o General Abdel Fatah al Sissi fala ao país através da televisão. Os egípcios puderam ver al Sissi a falar tendo ao lado Mohammed el Baradei, o movimento Tomarrod, os salafistas do Al Nour, e os principais dirigentes religiosos do país - o Patriarca Copta Tawadros II e o Sheik Ahmed el Tayab, grande Imã

⁴² RODRIGUES, Alexandre Reis - Jornal Defesa e Relações Internacionais, O “ultimato” militar no Egipto. Consultado em 4 Jul 2013. Disponível em http://database.jornaldefesa.pt/crises_e_conflitos/medio_oriente/JDRI%20060%20030713%20egipto.pdf

⁴³ PIRES, Raúl Braga (2013) - Maghreb/Machrek, Olhares Luso-Marroquinos sobre a Primavera Árabe. Lisboa: Diário de Bordo, p 157 e 158.

⁴⁴ *Idem*

⁴⁵ *Ibidem*

⁴⁶ AL AHRAM - Live updates: Morsi ousted; head of constitutional court to take over Egypt presidency. Consultado em 14 Jul 2014. Disponível em <http://english.ahram.org.eg/News/75594.aspx>

da Mesquita de Al Azhar – todos juntos por um objectivo: a queda de Morsi e do poder da Irmandade Muçulmana. Durante 10 minutos al Sissi deu conta do que se ia passar a seguir: formar um governo de coligação nacional; suspender a Constituição e criar uma comissão para avaliar emendas à Constituição; até à marcação de eleições presidenciais as competências são atribuídas ao Tribunal Constitucional cujo presidente assumirá interinamente a Presidência da República; envolver todas as forças políticas no debate. Foram estas as grandes linhas comunicadas por al Sissi que reafirmou a intenção dos militares de ficarem fora do jogo político. Al Sissi referiu também que os militares estiveram reunidos com Morsi a 30 de Junho e nessa reunião recusaram fazer qualquer ameaça ao povo egípcio tendo feito várias propostas para resolver a crise política.

Certo é que Morsi não renunciou. Desde logo ficou a saber-se que Mohammed Morsi, Mohammed el Badie (líder espiritual da Irmandade) e Khairat al Shater, entre outros, ficaram proibidos de sair do Egipto. No dia seguinte Mohammed Morsi foi detido preventivamente e o Presidente do Tribunal Constitucional, Adly Mansour, prestou juramento como Presidente interino.

O Egipto tinha chegado a um ponto em que todos os problemas do país eram considerados da responsabilidade da Irmandade Muçulmana, e em particular de Mohammed Morsi. Mas a Irmandade ainda não tinha desistido nem dito a última palavra. Desde logo denunciou que tinha sido instaurado um “Estado policial” como reacção à notícia (falsa) da detenção do Guia Supremo, Mohammed Badie, e do líder do Partido da Liberdade e da Justiça.

Da mesma forma que os países ocidentais demoraram a reagir às manifestações que levaram à queda de Hosni Mubarak, também hesitaram depois de os militares afastarem Mohammed Morsi e nenhum dos países com mais peso na política internacional pronunciou a expressão ‘golpe de Estado’.

O jornalista Robert Fisk regista no jornal *The Independent*: “Pela primeira vez na história do mundo, um golpe não é um golpe. O exército depôs e aprisionou o Presidente eleito democraticamente, suspendeu a Constituição, prendeu os suspeitos do costume, fechou estações de televisão e colocou blindados nas ruas da capital. Mas a palavra ‘golpe’ não saiu dos lábios do abençoado Barack Obama”⁴⁷.

Também a olhar para a mudança de poder no Egipto, Nouredine Jebnoun, não teve dúvidas em qualificar o afastamento de Morsi: “Apenas os que são naif ou intelectualmente desonestos podem recusar chamar as coisas pelos seus nomes. É um golpe tal como é ensinado nos livros, independentemente do nome utilizado para legitimar a mudança de regime no Egipto”⁴⁸.

⁴⁷ FISK, Robert - *The Independent*, When is a militar coup not a military coup? When it happens in Egypt, apparently. Consultado em 5 Jul 2013. Disponível em <http://independent.co.uk/voices/comment/when-is-a-militar-coup-not-a-military-coup-when-it-happens-in-Egypt-apparently-8688000.html>

⁴⁸ JEBNOUN, Nouredine - *IPRIS, Viewpoints*, 130 - Business as Usual: Egyptian Military Kingmakers. Julho de 2013.

RAMADÃO SANGRENTO

A Irmandade Muçulmana foi afastada do poder à força: a batalha demorou mais de um mês. O Guia Supremo da Irmandade surgiu em público perante os seus apoiantes anunciando que não reconhecia o “golpe de Estado militar”. Mohammed Badie apelou a que os membros e apoiantes da irmandade permanecessem nas ruas e apelou ao exército para não disparar contra o seu próprio povo. Foi na Praça Rabaa al Adawiya, nos subúrbios de Nasr City, no Cairo. Badie avisou: “nós já vencemos um regime militar e nós não o aceitaremos uma vez mais”. A Frente de Salvação Nacional também apelou para que os seus apoiantes saíssem à rua. Houve confrontos violentos nos acessos à Praça Tahrir.

Opositores e apoiantes de Morsi continuaram a fazer engrossar as respectivas concentrações: na Praça Tahrir os opositores; perto da Universidade do Cairo, no bairro de Guizeh, e também junto da Guarda Republicana, os apoiantes de Morsi. O número de vítimas começou a aumentar. Os órgãos de informação e as agências internacionais davam sucessivas notícias de confrontos e troca de acusações entre manifestantes e entre manifestantes e Forças de Segurança. A Irmandade Muçulmana acusou o exército e a polícia de utilizarem balas reais e de atacarem os manifestantes num momento de oração. A brutalidade dos confrontos acabou por provocar a primeira fractura na coligação adversária de Morsi levando o partido salafista Al Nour a abandonar as negociações para o cargo de Primeiro-Ministro e a denunciar um “massacre”. El Baradei exigiu um inquérito para saber por que morreram mais de quatro dezenas de pessoas.

A 10 de Julho de 2013, primeiro dia do Ramadão, o cerco à Irmandade voltou a apertar. O Procurador-Geral emitiu um mandado de captura contra Mohammed Badie, Guia Supremo da Irmandade Muçulmana. Acusava-o de incitamento à violência. Poucos dias depois, fica a saber-se que o Ministério Público preparava um inquérito contra Morsi, por ter escapado da prisão aquando da revolta de 2011. O argumento é o de que essa fuga terá tido a colaboração do Hamas e/ou do Hezbollah, e essa colaboração poderá configurar traição.

A Alta Representante da União Europeia para a Política Externa, Catherine Ashton, visitou o Cairo e não lhe foi permitido encontrar-se com Mohammed Morsi. “Penso que ele deveria ser libertado, mas assegurei-me que está bem”, afirmou a chefe da diplomacia europeia, depois de ter mantido encontros com o Presidente interino, com o Primeiro-Ministro e também com o novo “homem forte do Egipto”, o General al Sissi. Estados Unidos e Alemanha também já tinham pedido a libertação de Morsi.

A Irmandade Muçulmana mantinha-se irredutível. A escalada de violência parecia inevitável e o líder da Irmandade radicalizou o discurso dizendo que o afastamento de Morsi foi algo pior do que destruir a Caaba – o lugar mais sagrado do Islão, em Meca. É assim que depois das manifestações tem lugar uma violenta carga contra os apoiantes de Morsi concentrados junto à Mesquita Rabaa al Adawiya que provocou cerca de 80 mortos. A Irmandade não desmobilizou

e ergueu barricadas. O Governo lançou novos avisos de que não ia abrandar no que dizia ser a luta contra o “terrorismo”. A violência foi tal que o próprio Vice-Primeiro-Ministro, Ziad Bahaa el Din disse que “o Governo interino não devia imitar ‘as políticas opressivas’ dos seus inimigos”⁴⁹. O Ramadão estava a terminar.

A 14 de Agosto, sem que nenhuma das partes desse sinal de alterar atitudes, o dia amanheceu com os apoiantes de Mohammed Morsi acampados há seis semanas no Cairo (acampamentos começaram ainda Morsi estava na Presidência) a verem o exército avançar com tanques de guerra e as escavadoras a levarem tudo à frente junto à Mesquita de Rabaa al Adawiya. Os apoiantes de Morsi resistiram o que é possível resistir perante uma força militar e confirmaram o que tinham prometido: estavam dispostos a morrer por uma causa. A Irmandade Muçulmana denunciou um “massacre” e falou em mais de dois mil mortos; o Ministério da Saúde confirmou 278 mortos, incluindo 43 polícias. O sangue nas ruas não deixou dúvidas relativamente à violência do confronto. O Nobel da Paz, Mohammed el Baradei demitiu-se do Governo por não querer assumir responsabilidade na violência do exército e por temer as consequências. O balanço oficial de vítimas de apenas 3 dias (de 14 a 16 de Agosto) já ultrapassava os 750 mortos. A 17 de Agosto as forças de segurança entraram na Mesquita de Al Fatah e expulsaram a tiro a multidão que lá estava. Os principais líderes da Irmandade Muçulmana estavam detidos.

A marcar estes dias e este evidente fim de ciclo, não deixa de ser irónico que um Tribunal egípcio tenha anunciado a libertação de Hosni Mubarak por considerar que já tinha passado demasiado tempo em prisão preventiva. Foi libertado a 21 de Agosto embora sujeito a uma liberdade condicionada por estar ainda a ser alvo de vários processos. Em contraponto, centenas de membros da Irmandade Muçulmana foram julgados em processos sumários e condenados à morte.

CONCLUSÃO

Um dos problemas - ou virtudes, ficará sempre a dúvida - foi a oposição não ter uma ou mais personalidades que imediatamente se apresentassem como candidatos fortes e reconhecidos para suceder a Hosni Mubarak. Havia alguns nomes é certo, mas estávamos perante uma oposição claramente dividida que apenas convergia na vontade de fazer Mubarak cair. Força organizada quando o Egipto “explodiu” em Janeiro/Fevereiro de 2011, havia apenas uma, de que o Ocidente à partida desconfiava: a Irmandade Muçulmana, da qual nasceria o Partido da Liberdade e da Justiça.

⁴⁹ GUIMARÃES, Maria João - Jorna Público, Apoiantes da Irmandade desafiam ultimatums das autoridades militares. 29 de Julho de 2013, p 18.

Também os militares, coluna vertebral do regime, mas que já consideravam chegada a hora de Moubarak partir, não tinham um candidato natural, um candidato que recolhesse a legitimidade dada pela “caserna” sem que essa legitimidade resultasse apenas do posto hierárquico de um eventual candidato. Moubarak caiu, o regime tremeu, mas o essencial continuou de pé e os militares souberam ler o complexo quadro político egípcio. E esperaram. Sabiam que uma revolução tem sempre altos e baixos, recuos e avanços. Aos militares bastaria continuarem firmes para no final se poderem apresentar como a única instituição que podia salvar o Egipto do caos. Revistos os acontecimentos, parece ter sido essa a atitude definida, desde o início, pelos militares.

Da mesma forma que a Irmandade Muçulmana se aliou pontual e estrategicamente aos militares, para depois de vencer as eleições mudar de atitude, os militares anuíram ao caminho das eleições e do referendo à Constituição – que até lhes dava mais poderes – para depois acabarem por depor Mohammed Morsi.

Os acontecimentos que antecederam a chegada do General Abdel Fattah al Sissi ao poder, alimentam a forte convicção de que os militares nunca pensaram em abdicar do poder, nomeadamente do poder económico que o poder político lhes proporciona.

A necessidade de uma alternativa após o acumular de instabilidade, que pode levar grande parte da população a preferir estabilidade e segurança em detrimento dos ideais de revoluções que derrubam ditadores, é o que leva Robert Fisk a dizer: “se eu fosse um árabe, neste momento, em qualquer um desses países (da chamada Primavera Árabe), pergunto-me se não teria preferido que as revoluções não tivessem acontecido” (Fisk, 2014). Relativamente à queda de Mohammed Morsi, no Egipto, Robert Fisk considera naturais os erros cometidos: “Penso que qualquer partido político sem experiência de partilha do poder ou de governação teria de cometer erros catastróficos, como aconteceu com o regime de Morsi (...)” (Fisk, 2014).

Raúl M. Braga Pires acrescenta um dado para explicar a queda de Mohammed Morsi e da Irmandade Muçulmana: “Israel está metido nisto até às orelhas” (Pires, 2013). Quanto aos erros cometidos pela Irmandade Muçulmana que a levaram a perder o poder, Adel Sidarus considera que foram provocados por falta de experiência de poder e porque a Irmandade não estava preparada para governar: “ (...) actuou como uma seita. Uma seita intolerante em relação a toda e qualquer outra perspectiva” (Sidarus, 2014).

Muito antes de se saber que a Irmandade Muçulmana ia apresentar um candidato presidencial – disse inicialmente que não o faria – já Tariq Ramadan, professor de Estudos Islâmicos Contemporâneos na Universidade de Oxford, avisava: “Vai ser muito difícil para os Estados Unidos e Israel aceitarem um Egipto governado pela Irmandade Muçulmana, uma organização cuja ideologia em relação ao conflito israelo-palestiniano é partilhada com o Hamas. Temos de ter isto em conta para perceber por que é que não sabemos o que vai acontecer. No Egipto, duvido que cheguemos a ter um processo revolucionário genuíno e

completo”⁵⁰. Tariq Ramadan estava certo.

A questão que se coloca é a de saber se Mohammed Morsi poderia ter agido de outra forma perante os inúmeros problemas e perante as enormes expectativas criadas após décadas de ditadura. A Irmandade Muçulmana e Mohammed Morsi receberam um país ansioso de mudanças, mas sobretudo de resultados práticos. Desde o início que um vazio legal provocado pela suspensão da Constituição provocou demasiados problemas jurídicos que tropeçaram invariavelmente em tribunais ainda dominados por juizes nomeados no tempo de Mubarak. Como se não fosse suficiente, a oposição agitou permanentemente o “papão” do islamismo e a insegurança. Foi neste “caldeirão” que a violência alastrou dando aos militares o argumento de que precisavam para tomarem o poder.

Falta agora saber quanto tempo vai subsistir a solução encontrada. Pensar que a Irmandade Muçulmana que ajudou Gamal Abd el Nasser a chegar ao poder, mas que depois o contestou; que contestou Anwar el Sadat por causa dos Acordos de Camp David e do Tratado de Paz com Israel e que teve oficiais seus no assassinio do próprio Sadat; que foi oposição forte a Hosni Mubarak; que resistiu a longos períodos de clandestinidade; que teve inúmeros membros presos, torturados e mortos; pensar que a Irmandade Muçulmana não vai insistir no caminho traçado afigura-se um erro crasso que pode arrastar o Egipto para momentos muito mais complicados do que aqueles que foram vividos no Verão de 2013.

Não é arriscado dizer que os egípcios fizeram duas revoluções e perderam as duas. Revoltaram-se para fazer cair Hosni Mubarak e voltaram a fazê-lo para provocar a queda de Mohammed Morsi. Mas se no primeiro caso havia uma experiência de décadas que não permitia dúvidas quanto às características do regime, no segundo caso havia apenas o receio de que as políticas da Irmandade Muçulmana conduzissem o Egipto a uma islamização que uma parte substancial da sociedade egípcia deu sinais claros de rejeitar.

A Irmandade Muçulmana foi fortemente abalada depois de um tempo de poder efémero, mas é inevitável que tenha uma palavra a dizer sobre o futuro do Egipto. Por agora tem que reaprender a viver na clandestinidade.

REFERÊNCIAS

- ABIDI, Hasni (2011) - Le Manifeste des Arabes. Paris : Éditions Encre D’Orient.
ALBIONI, Roberto (2011) – The International Dimension of the Arab Spring, The International Spectator: Italian Journal of International Affairs, 46:4, 5-9
FISK, Robert (2014) – Entrevista ao jornalista Robert Fisk. [Entrevista realizada por] José Manuel Rosendo Rodrigues. Entrevista por telefone realizada em 10

⁵⁰ LORENA, Sofia – Jornal Público, suplemento P2, “Será muito difícil para os EUA e Israel aceitarem um Egipto governado pela Irmandade Muçulmana”. 5 de Janeiro de 2012, p 4 e 5.

- de Janeiro de 2014.
- PIRES, Raúl M. Braga (2013) – Entrevista ao arabista Raúl M. Braga Pires. [Entrevista realizada por] José Manuel Rosendo Rodrigues. Entrevista realizada em Lisboa, no dia 30 de Dezembro de 2013.
- SIDARUS, Adel (2014) – Entrevista ao Prof. Adel Sidarus. [Entrevista realizada por] José Manuel Rosendo Rodrigues. Entrevista realizada na Universidade Católica, em Lisboa, no dia 10 de Abril de 2014, às 15h00.
- ZEKRI, Mostafa (2014) – Entrevista ao Prof. Mostafa Zekri. [Entrevista realizada por] José Manuel Rosendo Rodrigues. Entrevista por correio electrónico realizada em 3 de Janeiro de 2014.
- THE ECONOMIST (2010) – O Mundo em 2011. Edição portuguesa.
- CAMPANINI, Massimo (2007) - História do médio oriente 1798-2005. Lisboa : Editorial Teorema.
- FRIEDMAN, Thomas L. (2000) - Compreender a Globalização, o Lexus e a Oliveira. Lisboa : Quetzal Editores.
- LACOSTE, Yves (2006) - A Geopolítica do Mediterrâneo. Lisboa : Edições 70.
- PIRES, Raúl M. Braga (2013) - Maghreb/Machrek, Olhares Luso-Marroquinos sobre a Primavera Árabe. Lisboa : Diário de Bordo.
- TORREBLANCA, José Ignacio (2011) – Susurrando a los dictadores. *Jornal El País* (28 Jan. 2011) 8.
- GONZÁLEZ, Enric (2011) – El Gobierno de Israel guarda un inquieto silencio. *Jornal El País* (28 Jan. 2011) 5.
- BINYON, Michael; Hider, James (2012) – As últimas horas de Mubarak. *Revista Sábado* (2 Fev 2012) 64-66.
- KAWAKIBI, Salam; KODMANI, Bassma (2011) – Espoirs et embuches des révoltes arabes: Les armées, le peuple et les autocrates. *Le Monde Diplomatique* – edição francesa (Mar 2011) 11-12.
- JEBNOUN, Nouredine - Business as Usual: Egyptian Military Kingmakers. Nouredine Jebnoun. *IPRIS, Viewpoints*, 130, Julho 2013
- PÚBLICO – Suleiman retoma a iniciativa política. *Jornal Público* (9 Fev. 2011) 15.
- LORENA, Sofia (2011) – “Derrubar uma ditadura só com a coragem” foi uma mensagem para o mundo. *Jornal Público* (10 Out. 2011) 14.
- LORENA, Sofia (2012) – Presidente egípcio substitui chefias militares e alarga os seus poderes. *Jornal Público* (13 Ago 2012) 22.
- FERNANDES, Jorge Almeida (2012) – Egipto: a desforra dos Irmãos Muçulmanos. *Jornal Público* (19 Ago 2012) 25.
- GUIMARÃES, Maria João (2012) – Com a Constituição aprovada, eleições são o próximo campo de batalha. *Jornal Público* (26 Dez 2012) 14.
- LORENA, Sofia (2012) – “Será muito difícil para os EUA e Israel aceitarem um Egipto governado pela Irmandade Muçulmana”. P2. (5 Jan 2012) 4-5. Suplemento do jornal Público de 5 de Janeiro 2012.
- FERREIRA, Ana Gomes; LORENA, Sofia (2013) – Forças Armadas abandonam Morsi e exigem que se faça o que o povo pede. *Jornal Público* (2 Jul 2013) 22.

GUIMARÃES, Maria João (2013) – Apoiantes da Irmandade desafiam ultimatos das autoridades militares. *Jornal Público* (29 Jul 2013) 18.

FONTES ELECTRÓNICAS

- AL AHRAM - Live updates: Morsi ousted; head of constitutional court to take over Egypt presidency. *Al Ahram* [Em linha]. (3 Jul. 2013). [Consult. 14 Jul. 2014]. Disponível em WWW: <<http://english.ahram.org.eg/News/75594.aspx>>
- AL JAZEERA - Morsi decree triggers mass protests in Egypt. *Al Jazeera*. [Em linha]. (23 Nov. 2012). [Consult. 24 Nov. 2012]. Disponível em WWW: <<http://www.aljazeera.com/news/middleeast/2012/11/201211235363344636.html>>
- BBC - Islamist elected speaker of Egypt's upper house. *BBC* [Em linha]. (28 Fev. 2012). [Consult. 1 Mar. 2012]. Disponível em WWW: <<http://www.bbc.co.uk/news/world-middle-east-17199262>>
- NAVARRO, Fernando – El favorito del Pentágono. *El País* [Em linha]. (11 Fev. 2011). [Consult. 12 Fev. 2011]. Disponível em WWW: <http://internacional.elpais.com/internacional/2011/02/11/actualidad/1297378820_850215.html>.
- GONZÁLEZ, Ricard - Los islamistas egipcios anuncian su candidato para las presidenciales. Ricard González. *El País* [Em linha]. (31 Mar. 2012). [Consult. 1 Jul. 2014]. Disponível em WWW: <http://internacional.elpais.com/internacional/2012/03/31/actualidad/1333223168_826562.html>
- GONZÁLEZ, Ricard - Omar Suleimán, el hombre fuerte de Mubarak, se postula a sucederle. Ricard González. *El País* [Em linha]. (6 Abr. 2012) [Consult. 7 Jul. 2012]. Disponível em WWW: <http://internacional.elpais.com/internacional/2012/04/06/actualidad/1333745074_184320.html>
- BASTENIER, Miguel Ángel - El Egipto poscolonial. Miguel Ángel Bastenier. *El País* [Em linha]. (22 Mai. 2012). [Consult. 12 Jun. 2014]. Disponível em WWW: <http://internacional.elpais.com/internacional/2012/05/22/actualidad/1337710331_322049.html>
- Ó. G. - Egipto vuelve a la casilla cero. Ó. G. *El País* [Em linha]. (14 Jun. 2012). [Consult. 14 Jun. 2012]. Disponível em WWW: <http://internacional.elpais.com/internacional/2012/06/14/actualidad/1339692760_553670.html>
- EL PAÍS – Golpe suave en Egipto. *El País* [Em linha]. (15 Jun. 2012). [Consult. 16 Jun. 2012]. Disponível em WWW: <http://elpais.com/elpais/2012/06/14/opinion/1339699730_377385.html>
- CARBAJOSA, Ana - El islamismo aspira a transformar Egipto. Ana Carbajosa. *El País* [Em linha]. (25 Jun. 2012). [Consult. 9 Jun. 2014]. Disponível em WWW: <http://internacional.elpais.com/internacional/2012/06/25/actualidad/1340650464_483764.html>
- GONZÁLEZ, Ricard - El islamismo político egipcio se fragmenta. Ricard González. *El País* [Em linha]. (2 Jul. 2013). [Consult. 15 Jul. 2014]. Disponível

- em WWW: <http://internacional.elpais.com/internacional/2013/07/02/actualidad/1372788682_182784.html>
- BORGEN, Julian - Egypt protests: Hillary Clinton signals US backing for Omar Suleiman. *The Guardian* [Em linha]. (5 Fev. 2011). [Consult. 6 Fev. 2011]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.theguardian.com/world/2011/feb/05/hillary-clinton-omar-suleiman-egypt>>.
- FISK, Robert - When is a military coup not a military coup? When it happens in Egypt, apparently. Robert Fisk. *The Independent* [Em linha]. (4 Jul. 2013). [Consult. 5 Jul. 2013]. Disponível em WWW: <<http://www.independent.co.uk/voices/comment/when-is-a-military-coup-not-a-military-coup-when-it-happens-in-egypt-apparently-8688000.html>>
- RODRIGUES, Alexandre Reis - Egípto. Da Primavera Árabe para a Primavera Islâmica. Alexandre Reis Rodrigues. *Jornal Defesa e Relações Internacionais* [Em linha]. (26 Ago. 2012). [Consult. 12 Jun. 2014]. Disponível em WWW: <http://database.jornaldefesa.pt/crises_e_conflitos/medio_oriente/Egípto%20Da%20primavera%20C3%A1rabe%20para%20a%20primavera%20isl%C3%A2mica.pdf>
- RODRIGUES, Alexandre Reis - O “ultimato” militar no Egípto. Alexandre Reis Rodrigues. *Jornal Defesa e Relações Internacionais* [Em linha]. (3 Jul. 2013). [Consult. 4 Jul. 2013]. Disponível em WWW: <http://database.jornaldefesa.pt/crises_e_conflitos/medio_oriente/JDRI%20060%20030713%20egípto.pdf>
- RÁDIO VATICANO - Patriarca Copta denuncia negligência das autoridades egípcias nas violências do domingo. Rádio Vaticano [Em linha]. (9 Abr. 2013). [Consult. 15 Jul. 2014]. Disponível em WWW: <<http://pt.radiovaticana.va/storico/2013/04/09/patriarca-copta-denuncia-neglig%C3%A2ncia-das-autoridades-eg%C3%ADcias-na/bra-681304>>
- ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Presidente, 2009 - (Barack Obama) (s.d.) - Pronunciamento do presidente Barack Obama no Cairo, Egito: um novo começo. Cairo: [4 Jun. 2009]. [Consult. 2 Ago. 2014]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.whitehouse.gov/files/documents/anewbeginning/POTUS%20speech%20Cairo-Portugese-AS-DELIVERED.pdf>>.